

F-3297

Ex. 2

BNDES
AP / COPED
Centro de Pesquisas
e Dados

ALIMENTOS: PRODUÇÃO E PRO-
GRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO



ALIMENTOS: PRODUÇÃO E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO

S U M Á R I O

- 1 - INTRODUÇÃO

- 2 - PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL
 - 2.1 - Disponibilidade de Alimentos
 - 2.2 - Demanda de Alimentos
 - 2.3 - Utilização Biológica dos Alimentos

- 3 - PROGRAMAÇÃO BÁSICA
 - 3.1 - Programas de Suplementação Alimentar
 - 3.2 - Programas de Produção de Alimentos
 - 3.3 - Programas de Comercialização de Alimentos
 - 3.4 - Outros Programas e Atividades

R E S U M O

1 - INTRODUÇÃO

- O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), é uma autarquia ligada ao Ministério da Saúde (M.S.) criado em 1972, tendo por objetivo promover e organizar atividades de assistência alimentar e nutricional junto à população carente.
- O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN consolida as diretrizes e a política de ação do INAN. O I PRONAN foi abandonado em 1974 por ação administrativa incorreta. O II PRONAN (1976-1979) consolida as diretrizes e políticas de ação do INAN concentrando-se em duas linhas básicas de ação:

a) Suplementação Alimentar

- A suplementação alimentar se faz junto à população vulnerável biologicamente - gestantes, nutrizes e crianças até 7 anos - e socialmente - os trabalhadores e as famílias com ganhos até 2 salários-mínimos (57% da população brasileira). Tem caráter emergencial e transitório e visa criar as bases para transformações substantivas através da utilização do poder de compra daí derivado, junto aos pequenos produtores rurais, que são os responsáveis pela oferta de alimentos. O custo total dos programas de suplementação alimentar, incluindo-se os fundos de origem estadual e municipal, alcançaram Cr\$ 3.442,6 milhões em 1977, ou 1,48% do Orçamento da União previsto para o mesmo ano (excetuando-se o PCA).

b) Racionalização do sistema de produção, comercialização e distribuição de alimentos essenciais

- Atuando ainda em caráter experimental, os programas de produção de alimentos essenciais buscam aumentar a oferta destes bens, através de diversas formas de estímulo como: preço justo para o produtor, crédito agrícola, tecnologia, cooperativismo, etc.
- Os programas de produção concentram-se no Nordeste, área prioritária do INAN, porém, na medida em que se encontre a melhor forma de agir sobre o pequeno produtor rural, tendem a ser paulatinamente estendidos a todo o País, juntamente com programas mais amplos de redistribuição de renda, observando-se as limitações de ordem organizacional e financeira do PRONAN.
- Os usos e as fontes dos recursos do PRONAN encontram-se discriminados nos quadros 2, 3, 15, 16, 18 e 23 a 28.

2 - A OFERTA E A DEMANDA DE ALIMENTOS ESSENCIAIS

2.1. Oferta de Alimentos

- A análise da evolução da oferta dos produtos considerados essenciais à alimentação da população brasileira, ou seja, arroz, feijão e mandioca, revela um quadro de estagnação.
- A desproporção entre o crescimento da população brasileira, 2,7% a.a., e o da produção de alimentos essenciais, 0,04% a.a., nos últimos 15 anos, provocou uma queda crescente na disponibilidade média por habitante em todo o período.

- Os incentivos e estímulos existentes para a agricultura não apresentaram sucesso junto ao pequeno produtor, que é o responsável pela oferta de alimentos.

2.2. Demanda de Alimentos

- Os hábitos alimentares da população brasileira apresentam uma combinação protéico-energética satisfatória para suas necessidades. A principal causa da desnutrição está na quantidade dos alimentos consumidos.
- A renda real é o principal fator limitante da aquisição de alimentos. O consumo da população de menos de 2 salários-mínimos se encontra abaixo das suas necessidades físicas.
- O poder de compra do salário-mínimo frente ao aumento dos preços dos alimentos essenciais acusa uma queda ao longo do período 1969/75.
- A formação dos preços dos alimentos apresenta duas distorções importantes: o subpreço para o produtor e o custo exagerado para o consumidor. O principal fator de distorção está na cadeia de distribuição e comercialização destes produtos.
- A principal restrição, de médio prazo, ao crescimento da produção de alimentos é a inexistência de uma demanda dinâmica, ou seja, a distribuição da renda.

3 - PROGRAMAS DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR

3.1. Programa de Nutrição em Saúde - P.N.S.

- É executado pelo INAN junto à população urbana de gestantes, nutrizes e crianças até 7 anos, pertencentes às famílias que percebem menos de 2 salários-mínimos. Este programa, iniciado em 1975, beneficiou 1.805.697 pessoas no ano passado sendo a maior parte no Nordeste brasileiro.
- Sua ação principal é a prevenção de desnutrição protéico-energética e para isso se utiliza basicamente de alimentos in natura, ou seja, feijão, fubá, milho, arroz, mandioca e leite em pó desnatado.
- Operacionalmente, age através das Secretarias Estaduais de Saúde, juntamente com os esquemas institucionais existentes de comercialização e distribuição de alimentos, como a COBAL, CIBRAZEM, C.F.P, etc, o que lhe permite um custo operacional baixo. Em 1977 a despesa total do Programa alcançou Cr\$ 420 milhões, o que equivale a 0,18% do Orçamento da União previsto para o mesmo ano.
- O P.N.S. é utilizado como demanda final para os programas de comercialização de alimentos executados pelo INAN junto aos pequenos produtores rurais do Nordeste.

3.2. Programa de Nutrição Escolar - P.N.E.

- É desenvolvido pelo MEC, através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar - CNAE, antiga "Merenda Escolar", junto à rede oficial e filantrópica de ensino. Em 1977, atingiu, em média, a 11.500 mil escolares de 1º grau, numa população matriculada de 21.500 mil alunos.

- O CNAE se utiliza tanto de alimentos in natura quanto de alimentos industrializados, preferindo se utilizar de esquema próprio de distribuição de alimentos, ou contratado através de licitação pública. Isto afasta os pequenos produtores pois as cláusulas são severas.
- Seu esquema operacional é bastante descentralizado havendo grande independência por parte dos seus órgãos regionais. Isto leva a custos operacionais bastante elevados (40% do custo total). É o programa que mais absorve os recursos do PRONAN, com um gasto de Cr\$ 1.472,6 milhões em 1977, incluindo os fundos de origem estadual e municipal, o que equivale a 0,63% do Orçamento da União previsto para o ano.
- O programa atinge de modo desigual os alunos, numa média de 135 dias de atendimento por ano, em média, numa escala de 180 dias letivos.

3.3. Programa de Complementação Alimentar - P.C.A.

- O Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) desenvolve junto às gestantes, nutrizes e crianças carentes, de até 4 anos, residentes nos grandes centros metropolitanos do Centro-Sul, um programa de suplementação alimentar aos moldes do PNS.
- Este Programa teve início em final do ano de 1977 abrangendo hoje as áreas metropolitanas do RJ, BH e DF, atendendo a uma população de 276.000 pessoas.

3.4. Programa de Estímulo à Alimentação do Trabalhador-PAT

- Tem como responsável o Ministério do Trabalho e abarcou, em 1977, 758.000 trabalhadores urbanos de 1.193 empresas, a um custo (Governo + Empresa) de Cr\$ 3,1 bilhões. Numa população de 14.500.000 trabalhadores, com renda até 5 salários-mínimos, o atendimento atinge 7% da sua população-alvo.
- A ação do PAT se faz através do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, podendo a empresa deduzir, em média, 40% dos custos do seu restaurante, cabendo ao empregador igual parcela, e o restante ao trabalhador.
- Devido aos mecanismos utilizados, o PAT concentra sua ação sobre as médias e grandes empresas (83,5%) e sobre os estados mais ricos (78% no RJ, SP e RS) que foram atraídas para o programa pela possibilidade de dividirem com o Governo o custo dos seus restaurantes.
- É necessária a criação de outros instrumentos para se atingir os trabalhadores das pequenas e médias empresas (menos de 100 operários), principalmente as localizadas nas regiões mais carentes.
- O gasto indireto do Governo Federal com o PAT, através do desconto do Imposto de Renda, foi de aproximadamente Cr\$ 1.550 milhões em 1977, o que equivaleria a 0,66% do Orçamento da União previsto para o ano passado.

ALIMENTAÇÃO

ESBOÇO DE LINHAS DE AÇÃO

1. OFERTA

Em face do estancamento na produção de alguns dos principais alimentos, há necessidade de incrementar produção de:

a) alimentos com oferta estagnada

- feijão
- mandioca
- arroz
- milho

b) alimentos com oferta em crescimento, mas que deveriam passar a ter maior incremento, a fim de atender a melhor padrão de consumo

- carne
- ovos
- leite
- verduras
- frutas
- etc

O aumento da produção de alimentos deve se basear no uso conjugado de:

- a) "Promoção" do Produtor Rural - crédito agrícola, assistência técnica e investimentos que aumentem a produtividade da terra. Sem pretender modernizar excessivamente o agricultor brasileiro, buscar-se-ia elevar seu padrão operacional, com vistas ao aumento da produtividade, produção e venda;

- b) Racionalização da Comercialização - investida do Governo no sentido de reorganizar e simplificar a estrutura do abastecimento alimentar;
- c) Política de Preços - a partir da racionalização da comercialização, implantar política de "preços mínimos" que garanta a renda do agricultor, sem inflacionar o custo da alimentação. Isto pode significar compras diretas do Governo, que revenderia para comerciante varejista ou consumidor (programas de suplementação alimentar). Aplicar mais no programa de preços mínimos;
- d) Investimentos Diretos do Governo - no esforço de aumentar a produção, o Governo deverá realizar investimentos que forneçam suporte à agricultura, assim como foi feito para a indústria. Investimentos em: transporte, armazenagem, assistência técnica, irrigação, pesquisa tecnológica, empreendimentos "modelo", etc.

O setor agrícola já demonstrou reagir aos instrumentos de política econômica, haja visto o que costuma acontecer ao nível dos produtos para mercado externo. Portanto, a ação deve ser dirigida para dinamizar os canais de comunicação entre a produ-ção de alimentos e o mercado interno.

Enfim, ênfase real à agricultura voltada para o mercado interno. Esta é a decisão política a ser conquistada.

A ênfase mencionada só será concretizada quando o Governo se instrumentar adequadamente para agir no setor. As primeiras medidas seriam:

- iniciar reforma do Ministério da Agricultura, a fim de dotá-lo de real controle sobre a política de desenvolvimento agropecuário, aparelhando-o de mecanismos que permitam influir mais no setor, a exemplo do que ocorre com a atuação governamental na indústria e serviços;

- como o processo de reforma acima é geralmente moroso, deveriam ser criados, a curto prazo, "grupos executivos", em linha paralela com a administração formal (vinculados ao Ministro da Agricultura), a fim de ativarem imediatamente programas de fomento.

Os programas de incremento da produção, via "promoção do produtor rural", podem ser montados com o fim de atingir determinadas áreas, certos produtos selecionados (feijão, arroz, mandioca, leite etc.), envolvendo um conjunto determinado de agricultores. Isto, conjugado a uma garantia de demanda e preço, induzirá um movimento ascendente de oferta.

2. DEMANDA

Estímulos concentrados à produção devem, pelo menos a médio prazo, ser conjugados a medidas que garantam a demanda e um preço compensador para o agricultor.

Assim, enquanto a estrutura global de distribuição de renda não se transformar sensivelmente, será necessário:

- ampliar os programas de distribuição alimentar, tentando atingir inclusive as camadas sob pobreza mais aguda;
- garantir preços através de maior interferência governamental no mercado;
- racionalizar a comercialização.

Os programas de demanda (PRONAN) possuem um potencial amplo, apto a ser mais aproveitado. Uma disponibilidade maior de recursos pouco pesaria no orçamento federal e em muito repercutiria na dimensão desses programas. A estrutura atualmente montada presta-se a uma expansão acentuada, permitindo alcançar maior proporção de operários, escolares, nutrízes etc. Alguns segmentos necessitarão de reestruturação organizacional.

Não é uma solução "definitiva", mas servirá para abrir o caminho a uma política integrada de distribuição de renda.

Esses programas de suplementação poderão ser gradualmente substituídos pelo subsídio direto, que cobriria alimentos básicos. Os subsídios, evidentemente, repercutirão em proporção maior sobre o orçamento das famílias de menor renda.

3. ASPECTOS GLOBAIS

As medidas propostas só terão impacto efetivo (a longo prazo) se integradas em um conjunto mais amplo que inclua:

- investimentos em outros setores da economia que afetam, proporcionalmente, mais as classes de menor renda (transporte urbano, saúde, educação etc.);
- política de emprego
- política salarial e tributária.

Desta forma, tais medidas seriam o elo de uma fase transitória, no fim da qual os mecanismos de mercado assegurariam um suprimento satisfatório de alimentos, já refletindo um esquema menos concentrado de renda.

ALIMENTOS: PRODUÇÃO E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO

1 - INTRODUÇÃO

A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 30 de novembro de 1972, através da Lei nº 5.829, sob a forma de autarquia vinculado ao Ministério da Saúde, teve como objetivo primordial promover e organizar atividades de assistência alimentar e nutricional a cargo do governo, prioritariamente dirigidas ao atendimento dos grupos vulneráveis da população brasileira, ou seja, as gestantes, nutrizes e crianças até 7 anos.

Já no início do ano seguinte, era aprovado pelo Decreto nº 72.034, o 1º Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (I PRONAN), para vigorar nos anos de 1973 e 1974. A ação administrativa incorreta e a estratégia inadequada, fugindo à filosofia que havia norteado a sua criação levaram à paralisação do programa.

No início do ano de 1976, foi aprovado, através do Decreto 77.116, o 2º Programa de Alimentação e Nutrição (II PRONAN) com vigência para o período 1976/79. Este programa realizado em convênio com o Instituto de Pesquisa Econômica e Social - IPEA - sintetiza o conjunto de políticas e diretrizes básicas de orientação setorial e de ações programáticas para os quatro anos seguintes.

Neste programa cabe ao INAN as responsabilidades de coordenação central dos vários órgãos que atuam nos diversos programas e o estabelecimento da política que ordenará a ação destes órgãos.

A ação do programa está concentrada em duas linhas prioritárias:

- a) extensão, integração e consolidação dos programas de implementação alimentar, entendidos como modelo

emergencial e transitório de ação, uma vez que a distribuição de alimentos per si pouco contribui para a melhoria das condições de vida da população;

- b) estímulo à racionalização do sistema de produções e comercialização dos alimentos básicos, consagrados pelos hábitos alimentares da população de baixa renda, com ênfase no pequeno produtor agrícola.

Paralelamente o PRONAN propôs o desenvolvimento de atividades complementares e de apoio no combate a carências específicas, desenvolvimento tecnológico e capacitação de recursos humanos na área de Nutrição.

A população alvo dos programas de suplementação alimentar não se limita aos grupos clássicos, mais vulneráveis biologicamente, ou seja, as crianças até 7 anos, as gestantes e as nutrizes (de famílias cuja renda não ultrapasse 2 salários mínimos), mas procura ir além, agindo sobre os grupos de grande vulnerabilidade social, escolares e trabalhadores de baixa renda, e nestes últimos, especialmente os chefes de família, cujos rendimentos baixos afetam toda a capacidade de sobrevivência do grupo familiar.

Uma outra característica destes programas é a continuidade no processo de fornecimento de alimentos, o que se faz necessário para evitar uma regressão no estado nutricional da população atendida. Pretende-se, desta forma, criar uma demanda firme de alimentos, a preços justos, que pode ser utilizada para a melhoria do nível de vida dos pequenos e médios produtores, que são os responsáveis pela oferta de alimentos nas cidades e, além disso, dada a sua continuidade, estabelecer, regionalmente, um patamar mínimo de demanda destes produtos diminuindo-se, assim, as oscilações do mercado e estimulando-se a maior racionalização e organização dos sistemas de produção.

Para isso, previu-se a reestruturação dos programas já existentes, como a Merenda Escolar, desenvolvido pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) do MEC, o de Nutrição em Saúde, desenvolvido pelo INAN e a criação de novos, o de Alimentação do Trabalhador a cargo do Ministério do Trabalho e o de Complementação Alimentar, a cargo do Ministério da Previdência Social, ambos já em atividade.

A atuação descentralizada dos programas de implementação diminui, no entanto, seu impacto junto aos produtores, pois cada órgão é autônomo no que diz respeito à composição e quantidade de alimentos comprados além de se utilizarem de esquemas de distribuição e comercialização independentes, o que acarreta, em algumas regiões, a superposição de esforços.

A parte mais importante do Programa é a sua ação sobre o Sistema de Produção e Comercialização de Alimentos. Para isso foi necessário utilizar-se não só a demanda garantida dos programas de suplementação alimentar mas também uma série de incentivos e estímulos, alguns, até então, restritos aos grandes produtores e à agricultura de exportação. Estes incentivos, tais como o crédito agrícola, a assistência técnica e o cooperativismo foram direcionados para apoiar a produção de alimentos básicos destinados primordialmente ao mercado interno e adaptados às condições e necessidades do pequeno produtor. Programas neste sentido, alguns de caráter experimental, vêm sendo desenvolvidos com sucesso na região Nordeste.

Além da diretriz de destinar os seus recursos para o pequeno produtor e o desenvolvimento das regiões economicamente deprimidas, o PRONAN estabelece que sua ação deve centrar-se na distribuição dos alimentos tradicionais, preferentemente in natura ou com um grau de processamento não sofisticado. Desta forma não se violentam os hábitos de consumo das populações de baixa renda, além de lhes garantir, através de uma combinação adequada destes alimentos, uma composição protéico-

energética acima dos padrões nutricionais mínimos recomendados.

No caso em que estes alimentos necessitam de algum tipo de processamento primário, o Programa estabelece que ele seja feito através de pequenas empresas agroindustriais locais, agindo desta forma sobre a renda e o emprego locais.

QUADRO N: 1

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRONAN

PERSPECTIVAS DE COBERTURA DOS PROGRAMAS DE SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR E PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA 1979

PROGRAMAS	GRUPOS POPULACIONAIS ATENDIDOS	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS (1000 PESSOAS)
I) SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	GESTANTES/NUTRIZES CRIANÇAS DE MENOS DE 7 ANOS ESCOLARES DE 1º GRAU	1.900 4.800 9.100
II) PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	FAMÍLIAS DE PEQUENO PRODUTORES (Nº DE PESSOAS)	540
TOTAL		16.340

FONTE: PRONAN - 1976

QUADRO Nº 2

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

CONSOLIDAÇÃO DE DESPESAS - 1976-1979

(valores constantes de 1975 - Em Cr\$ 1.000,00)

SUBPROGRAMAS E PROJETOS	A N O S				T O T A L
	1 9 7 6	1 9 7 7	1 9 7 8	1 9 7 9	
1 - SUPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR	1 652 372	1 882 953	2 277 400	2 847 858	8 660 583
1.1 - Gestantes, Nutrizes e crianças de menos de 7 anos	584 500	720 441	1 014 400	1 568 581	3 887 922
1.2 - Escolares de 7 a 14 anos e Pré-Ecolares	1 067 872	1 162 512	1 263 000	1 279 277	4 772 661
2 - PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	438 000	724 000	998 000	1 007 283	3 167 283
3 - ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO E APOIO	245 558	297 103	63 272	55 638	661 571
3.1 - Combate às Carências Nutricionais	11 099	16 000	20 000	22 226	69 325
3.2 - Desenvolvimento de Tecnologia	1 523	1 264	27 512	26 912	57 211
3.3 - Estudos e Pesquisas	22 763	21 938	8 870	-	53 571
3.4 - Capacitação de Recursos Humanos	5 009	7 901	6 890	6 500	26 300
3.5 - Implem. Rede de Distribuição	205 164	250 000	-	-	455.164
T O T A L (1)	2 335 930	2 904 056	3 338 672	3 910 779	12 489 437

FONTE: PRONAN - 1976

(1) Os valores desta linha passam a ser Cr\$ 3.150, Cr\$ 4.480, Cr\$ 7.003, Cr\$ 9.977 e Cr\$ 24.611 milhões quando são incorporadas as estimativas de dispêndios decorrentes dos mecanismos de incentivos a Programas de Alimentação do Trabalhador.

QUADRO Nº 3

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

FONTES DE RECURSOS - 1976-1979 (1)

(Valores constantes de 1975 - em Cr\$ 1 000,00)

F O N T E S	1 9 7 6	1 9 7 7	1 9 7 8	1 9 7 9	T O T A L
<u>RECURSOS DA UNIÃO</u>					
<u>Orçamentários</u>	1 700 058	2 571 956	2 970 672	3 450 779	10 693 465
Ministério da Saúde - INAN	1 217 658	2 012 956	2 350 672	2 830 779	8 412 065
Ministério da Saúde e Coordenação de Proteção Materno Infantil	316 869	673 534	634 752	880 502	2 505 657
Ministério da Previdência e Assistência Social	45 000	55 000	18 000	18 000	136 000
Ministério da Educação e Cultura/CNAE	283 196	379 010	557 920	863 000	2 083 126
Ministério da Agricultura	182 000	605 412	670 000	594 277	2 051 689
Encargos Gerais da União	140 593	300 000	470 000	475 000	1 385 593
<u>Não Orçamentários</u>	250 000	-	-	-	250 000
Banco do Brasil/BNCC-(Crédito Agrícola)	482 400	559 000	620 000	620 000	2 281 400
FAS (Recursos não restituíveis)	255 000	324 000	390 000	390 000	1 359 000
FINEP	200 000	225 000	225 000	225 000	875 000
	27 400	10 000	5 000	5 000	47 400
<u>Outras Fontes</u>	635 872	332 100	368 000	460 000	1 795 972
Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios	335 872	332 100	368 000	460 000	1 495 972
Empréstimos Externos	300 000	-	-	-	300 000
T O T A L	2 335 930	2 904 056	3 338 672	3 910 779	12 489 437

FONTE: PRONAN - 1976

(1) EXCETO OS RECURSOS DECORRENTES DOS MECANISMOS DE INCENTIVO A PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR.

2 - PRINCIPAIS CONDICIONANTES DA SITUAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Para a análise da problemática nutricional brasileira, o INAN se baseou numa visão integrada dos vários aspectos que lhe são afins, procurando analisá-la não só a partir da quantidade e qualidade dos alimentos consumidos mas, também, a partir da sua disponibilidade e da utilização biológica dos seus nutrientes. Em discurso proferido em maio do corrente ano na Câmara dos Deputados, o presidente da instituição declarou que "o bem-estar alimentar e o conseqüente estado nutricional de uma população dependem do consumo alimentar satisfatório e da adequada utilização biológica dos alimentos consumidos. O consumo alimentar, por sua vez, está condicionado principalmente pela produção de alimentos, pelo sistema de comercialização e pelo nível de renda dos consumidores. Por seu lado, o aproveitamento biológico dos nutrientes sugeridos é determinado pelas condições gerais de saúde, pela higiene do meio e pelo nível cultural da população."

Podemos, então, analisar o estado nutricional de uma população agrupando os diversos fatores que o condicionam, em 3 grandes grupos:

- a oferta de alimentos, que representa a disponibilidade de interna;
- a demanda de alimentos;
- a utilização biológica dos alimentos, que significa o seu aproveitamento pelo organismo.

2.1. Disponibilidade de Alimentos

A expansão agropecuária no mundo, em termos gerais, não tem acompanhado o crescimento da população, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde as taxas de natalidade são

mais altas e o crescimento da produção alimentar é mais débil. Há indicações de que, nos últimos anos, a produção agrícola nos países pobres tem sido orientada, crescentemente, para o atendimento do mercado externo, com efeitos negativos sobre os produtos destinados ao consumo interno.

O caso brasileiro não parece uma excessão. O sucesso da agricultura de exportação, nos anos 70, é claramente evidenciado pela expansão da cultura de soja e do açúcar. Este facto, no entanto, encobre muitas vezes, a performance débil dos produtos básicos na formação da dieta do brasileiro.

QUADRO Nº 4

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE ALGUNS ALIMENTOS BÁSICOS

NO PERÍODO 1965/77

(mil toneladas)

ANOS	ARROZ	FEIJÃO	MANDIOCA	MILHO	TRIGO
1965	7.580	2.290	24.993	12.112	585
1966	5.802	2.148	24.710	11.373	614
1967	6.792	2.548	27.268	12.825	629
1968	6.653	2.420	29.203	12.814	856
1969	6.394	2.200	20.074	12.093	1.373
1970	7.553	2.211	29.464	14.216	1.844
1971	6.593	2.688	20.229	14.130	2.011
1972	7.825	2.676	29.829	14.891	982
1973	7.167	2.229	26.559	14.059	2.031
1974	6.483	2.238	24.715	16.285	2.858
1975	7.583	2.271	25.812	16.354	1.788
1976	9.560	1.842	26.446	17.845	3.225
1977(1)	8.500	2.000	26.200	16.500	1.850

FONTE: FIBGE

(1) Estimativa SUPLAN-MA

Apenas o trigo e o milho apresentaram uma evolução satisfatória, devendo-se considerar, no entanto, que a maior parte do milho (70%) se destina à alimentação animal. A produção de arroz até 1975 mostrou-se estagnada apresentando, no entanto, um ganho de 12% no período 1975-1977.

O mesmo quadro de estagnação se observa na produção do feijão e de mandioca; o primeiro, alimento de grande importância na dieta da população devido ao seu alto teor protéico, apresenta, até mesmo, uma queda de 13%; o segundo, após um período de grande oscilação de produção, apresenta, a partir de 1974, sinais de recuperação, com um crescimento final de apenas 5%.

A batata inglesa, por sua vez, revelou um crescimento de 1,7% a.a., além de um período de relativa estagnação até 1975.

Estes dados de produção de alimentos não devem, no entanto, ser analisados isoladamente. É necessário balizá-los com o crescimento da população, principalmente no que diz respeito à alteração da sua composição entre rural e urbana.

Se no quadro anterior agregarmos a produção de feijão, arroz e mandioca, que são os produtos mais essenciais, encontraremos um crescimento global de apenas 5%, ou, 0,04% a.a., no período 1965/77, o que comparado à taxa de natalidade da população brasileira de 2,7% a.a. indica uma queda, em todo o período, na disponibilidade destes produtos.

QUADRO Nº 5PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL
NO TOTAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (1)EM 10³

ANOS	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%	POPULAÇÃO TOTAL
1970	52.085	56	41.054	44	93.139
1972	56.606	57	42.084	43	98.690
1974	61.522	59	42.722	41	104.244
1976	66.727	61	43.397	39	110.124
1978	72.277	62	43.751	38	116.028

FONTE: FIBGE

(1) Com excessões do dado para o ano de 1970, todos os demais são estimativas.

A evolução da população brasileira nos últimos 8 anos evidencia uma forte tendência à urbanização. Enquanto a população rural apresenta um crescimento de 6%, a urbana se eleva em 38% em igual período. Parte desta população rural, que imigrou, tinha no campo alguma forma de cultivo de subsistência e ao vir para a cidade, é obrigada a adquirir todos os seus alimentos no mercado.

Assim, a análise da disponibilidade média dos alimentos deve levar em conta não só o crescimento da população, mas também o fato de que no interior desta população a parcela que se abstece no mercado cresce mais que o restante.

O Quadro 6 apresenta a evolução da produção e da disponibilidade anual média por habitante no período 1972/77 para quatorze produtos. Observa-se uma queda generalizada na dis-

ponibilidade dos produtos alimentares básicos de origem agrícola, especialmente o feijão, que apresenta uma queda de mais de 30%. Paralelamente, a evolução de produtos de exportações como a cana-de-açúcar e a soja, se apresenta bastante favorável, especialmente esta última, cuja disponibilidade média se eleva em mais de 200% no período.

Dentro de uma perspectiva de prazo mais longo, os gráficos I e II analisam a evolução da disponibilidade média do arroz e do feijão de 1965 a 1977. Evidencia-se uma tendência à queda em todo o período sendo a do feijão a mais pronunciada.

QUADRO Nº 6

Produção de Alimentos e Disponibilidade Anual Média Por Habitante

ALIMENTOS	ARROZ EM CASCA		MILHÃO		TRIGO		FEIJÃO		MANDIOCA		CAVA DE AÇÚCAR		SOJA	
	PRODUÇÃO 1.000 t	DISP. / Hab.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.
1972	7.825	78	14.890	149	984	10	2.676	27	29.834	298	85.123	851	3.220	32
73	7.160	70	14.190	138	2.070	20	2.292	22	26.531	256	92.000	893	5.010	49
74	6.484	61	16.205	154	3.040	29	2.236	21	24.710	233	96.419	910	7.874	74
75	7.539	69	16.572	152	1.780	16	2.272	21	25.813	236	91.307	835	9.889	90
76	9.550	85	17.763	150	3.217	29	1.844	16	24.829	221	106.268	945	11.228	100
77	8.500	74	16.500	143	1.850	16	2.000	17	26.200	227	109.700	950	12.500	108

Alim.	BATATA INGLESA		CENOLA		TOMATE		BAMBA		LARANJA		ALHO		LEITE		PESCADO	
	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO	DISP.	PRODUÇÃO MI LHOES DE FRUTOS/HAB.	DISP. KG	PRODUÇÃO (t)	DISP. KG	PRODUÇÃO MI LHOES DE LEITE/HAB.	DISP. L/HAB.	PRODUÇÃO (t)	DISP. KG
1972	1.586	16	283	2,8	893	8,9	562.224	5,6	18.820	188	30.134	0,4	7.112	71	604.673	6,0
73	1.339	13	307	3,0	809	7,9	353.710	3,4	24.635	239	29.636	0,3	7.537	73	642.025	6,2
74	1.670	16	342	3,2	1.035	9,8	348.859	3,3	31.132	294	27.600	0,3	8.760	83	601.683	6,4
75	1.670	15	349	3,2	1.047	9,6	353.944	3,2	31.667	289	27.300	0,3	9.712	89	710.000	6,5
76	1.894	17	429	3,9	1.150	10,3	631.253	6,1	36.661	326	31.065	0,3	10.202	91	745.000	6,6
77	1.600	17	418	3,6	1.300	11,3	388.332	3,4	32.732	292	36.760	0,3	10.650	92	780.000	6,8

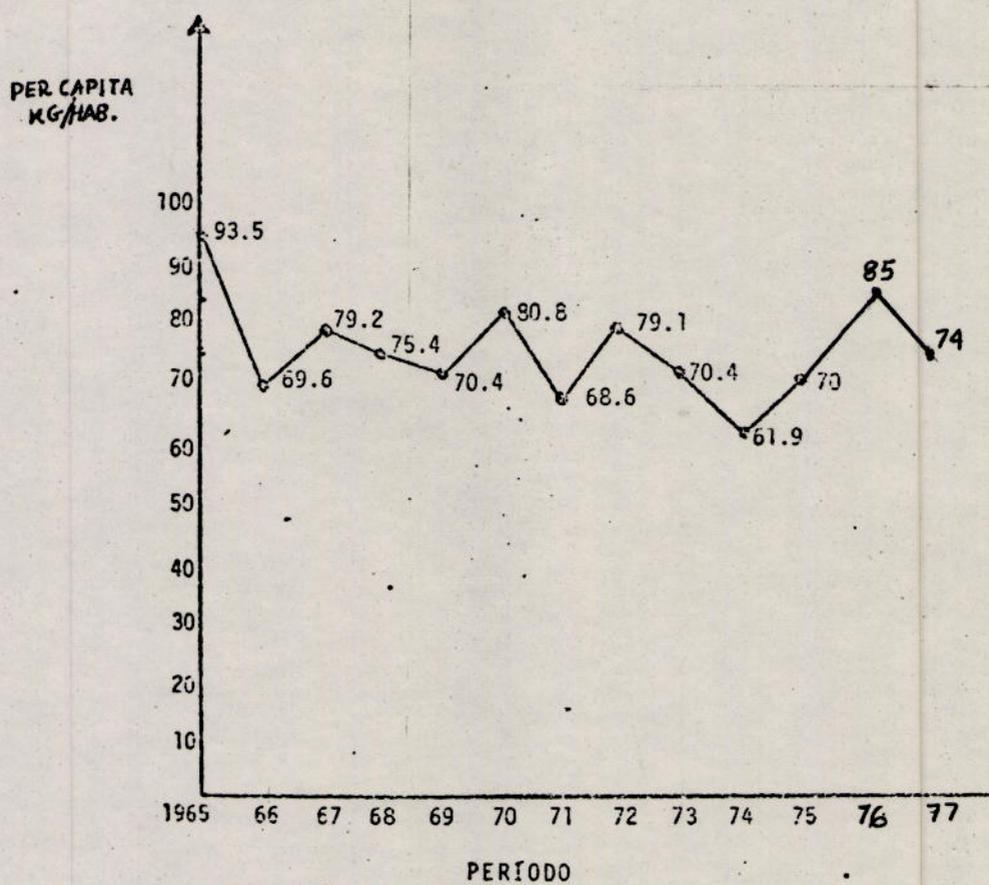
FOAIF: Ministério de Agricultura - Secretaria Geral - Subsecretaria de Planejamento - 1977

* Estimativa

2/2/77

GRÁFICO Nº 1

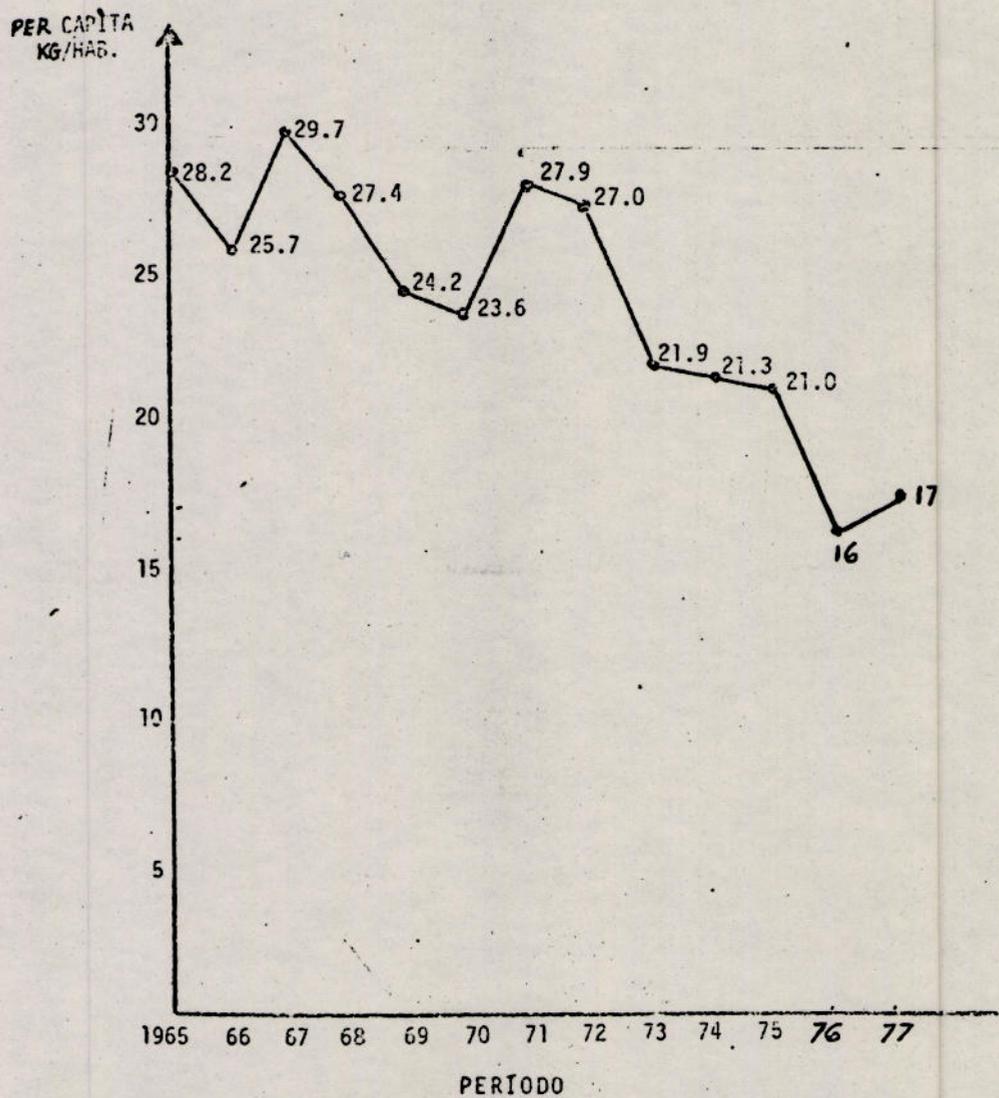
DISPONIBILIDADE DE ARROZ, PER CAPITA - KG/HAB. - Per.: 65/77



*Fonte: FIBGE

GRÁFICO Nº 2

DISPONIBILIDADE DE FEIJÃO, PER CAPITA-KG/HAB. - Per.: 65/77



*Fonte: FIBGE

2.2. Demanda de Alimentos

Dois grandes fatores condicionam o comportamento do consumo de alimentos: os hábitos culturais da população e o seu poder aquisitivo.

A população de baixa renda faz, em geral, uso de um número restrito de alimentos como fonte principal de suas necessidades energéticas. São alimentos tradicionais, com um processamento e um beneficiamento muito pequeno e de grande acessibilidade, tanto em termos de abastecimento quanto, e principalmente, em termos de preços.

A alimentação do brasileiro está orientada para os seguintes produtos: feijão, farinha de mandioca, arroz, milho e açúcar. A batata inglesa e o trigo também constituem produtos de peso significativo no balanço alimentar e, em menor proporção, carne, leite, verduras (principalmente a cebola) e frutas (especialmente a banana).

O outro lado do problema, o mais importante, é o aspecto do poder de compra desta população, ou seja, a distribuição real da renda. Deve-se observar que 75% da população brasileira se encontra dentro do limite de dois salários mínimos. Este índice é superado se observarmos a realidade brasileira a partir da ótica regional: no Nordeste 91% da população com rendimentos percebe menos de dois salários mínimos, enquanto 78% se encontram no nível de até 1 salário mínimo. (1)

O salário mínimo pode parecer, como remuneração de menor importância para as regiões mais ricas com renda média e mediana mais elevadas. É necessário, no entanto, se levar em consideração que o salário mínimo não é um nível de renda suficiente para assegurar um padrão mínimo de bem-estar, principalmente na Região Sudeste e em Brasília.

(1) FIBGE, Indicadores Sociais - 1975

Em termos do seu valor real, a curva de aumentos do salário-mínimo teve, até 1975, um comportamento inferior ao do índice geral de preços, especialmente no período 1964/68. Este fenômeno tem refletido de várias formas no estado nutricional da população de baixa renda sendo significativo o aumento de 50% da mortalidade infantil em São Paulo no período 1961-1974. (2)

Existem evidências que revelam uma relação nítida entre o nível de renda e consumo médio proteico-energético, mostrando que este último é deficiente até o nível de 2 salários mínimos.

QUADRO Nº 7

CONSUMO PROTEICO-ENERGÉTICO POR GRUPO DE RENDA NO BRASIL-1973

RENDA (em salários mínimos)	CALORIAS	PROTEÍNAS (grs)
1	1951	43,3
de 2 a 2,9	2317	68,3
de 4 a 6,4	2669	83,8
de 10 a 19,9	3360	107,3
NÍVEL RECOMENDADO PARA O BRASIL	2241	48,0

FONTE: FGV - Pesquisa sobre Consumo Alimentar - 1973

Uma pesquisa da FIBGE recentemente divulgada, o Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), revela dados que aparentemente mostram uma alimentação média adequada para a população brasileira em todas as regiões, do ponto de vista proteico-energético. A conclusão de um trabalho apresentado no Seminário sobre Desnutrição Proteico-Energética, realizado em

(2) Leser, W - Crescimento da população e nível de saúde da cidade de São Paulo. Problemas Brasileiros 12 (134) - 1974.

dezembro de 1977 pelo INAN, sobre os dados do ENDEF, foi de que "a escassez de alimentos não representa o fator primariamente limitante do padrão dietético nacional. Ressalte-se que os valores médios não refletem com devida segurança, o quadro alimentar do País. O contraste marcante do poder de compra dos diferentes estratos populacionais discrimina estratos de consumo alimentar distintos, fato que se acha ilustrado nos inquéritos dietéticos efetuados em comunidades pobres, bem como nas pesquisas de amostras desagregadas em função da renda familiar."

Por outro lado, quanto mais baixo é o nível de renda de determinado grupo populacional, maior parte do seu orçamento é aplicado em gastos de alimentação, em alguns casos estes gastos alcançaram 80% da renda total da família (1). Uma pesquisa realizada no Recife estimou que 80% das famílias não tinham condições de adquirir a ração essencial mínima (2). Desta forma, o encarecimento dos alimentos tem um impacto bastante forte sobre as classes de baixa renda e uma política de redistribuição da renda real passa necessariamente pelo barateamento dos alimentos básicos.

Uma cesta de alimentos básicos, para o consumo mínimo de uma família por um mês custava em 1970, o equivalente a 47% do salário mínimo da época; em 1972, custava 54% e em 1974, o correspondente a 63% dos preços de varejo do Distrito Federal (1).

Com o valor do salário mínimo vigente em 1969 e em 1975 seria possível comprar um dos alimentos abaixo relacionados, nas quantidades indicadas:

	<u>1969</u>	<u>1975</u>
Feijão	129,4 Kg	92,4 Kg
Arroz	139,0 Kg	117,8 Kg
Açúcar	256,5 Kg	237,8 Kg

(1) Bertoldo Kruse Grande de Arruda - "Uma Política de Alimentação e Nutrições para o Brasil" - 1976

(2) Sampaio, I e Col. - "Economia de Pernambuco", Nutrição PIMES - 1976

Farinha de Mandioca	203,8 Kg	184,3 Kg.
Leite Pasterrizado	330,6 l	273,2 l
Carne (Acém)	88,5 Kg	58,2 Kg

Os dados apontados acima revelam uma clara perda de poder de compra do salário mínimo com relação aos produtos essenciais na alimentação dos grupos de baixa renda.

Um outro lado do problema está ligado à estrutura de formação de preços destes produtos, principalmente no que diz respeito aos dois focos de distorção existentes no mercado de produtos agrícolas: o subpreço para o produtor e o custo superestimado para o consumidor.

O estudo do comportamento de preços de dois produtos agrícolas básicos, milho e feijão, em duas áreas do Nordeste brasileiro, Ceará e Sergipe, revela que as flutuações de preços têm caráter regular e periódico ao longo do ano.

QUADRO Nº 8

Preços máximos e mínimos do feijão e milho, nas áreas do Projeto "Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas Rurais de Baixa Renda"

1973

ESTADO E PRODUTO A N O S	C E A R Á				S E R G I P E			
	FEIJÃO		MILHO		FEIJÃO		MILHO	
	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.	Mín.	Máx.
1970	0,80	2,00	0,30	0,70	1,21	1,51	0,26	0,45
1971	0,40	1,20	0,47	1,00	1,00	1,23	0,45	0,64
1972	0,40	1,00	0,25	0,50	0,95	1,10	0,40	0,80
1973	0,80	2,50	0,40	0,80	1,60	3,95	0,28	0,72

Fonte: Anuário Estatístico - CEP, 1973; Fundação Getúlio Vargas; ANCAR, Serviço de Informações de Mercado.

Um fator importante para o encarecimento destes produtos está na sua cadeia de comercialização e distribuição. Isto se deve ao fato de que a produção dos produtos agrícolas básicos é caracterizada pela pequena e média propriedade, o que a deixa muito indefesa frente ao sistema de comercialização, muitas vezes irracional e especulativo. Isto faz com que os estímulos de preço sejam absorvidos pela cadeia comercial e os desestímulos transferidos ao produtor.

Uma análise de fevereiro de 1975 tendo por objeto o grupo de alimentos citados anteriormente, demonstrou que a participação do produtor no preço final destes alimentos era de: 62,1% - arroz; 45,2% - açúcar; 49,7% - feijão; 15,2% - farinha de mandioca; 20,0% - farinha de milho; 64,9% - batata; 48,5% - tomate.

Percebe-se que as margens de comercialização são os maiores responsáveis pelo encarecimento exagerado destes produtos ao nível do consumidor.

Conclui-se, portanto que, os problemas básicos da oferta de alimentos essenciais de origem agrícola estão concentrados em duas áreas, a comercialização e distribuição destes produtos e, principalmente, a falta de dinâmica da demanda, ou seja, o baixo nível real de remuneração da maior parte da população brasileira.

2.3. Utilização Biológica dos Alimentos

O Brasil se caracteriza por uma população jovem. Uma vez que o crescimento humano se faz às custas das quantidades adicionais de nutrientes consumidos, há uma tendência a que seja alta a média brasileira de consumo de proteína por quilo de peso. No entanto, a existência de doenças infecciosas e verminosas, altera este quadro prejudicando o processo nutri-

cional, na medida em que aumenta o hiato entre os nutrientes ingeridos e absorvidos.

Vale ainda ressaltar que a condição de atraso econômico leva a que uma parte substancial da força de trabalho seja utilizada com acentuada mobilização de força muscular. Isto faz com que a população ativa tenha uma demanda de nutrientes aumentada.

3 - PROGRAMAÇÃO BÁSICA

3.1. Programas de Suplementação Alimentar

3.1.1. Programa de Nutrição em Saúde (PNS)

Este programa teve início em 1975 sendo dirigido para os grupos mais vulneráveis biologicamente sendo executado pelo INAN em todas as Unidades da Federação em convênio com as respectivas secretarias de saúde.

Dada a função social do programa foram utilizados dois critérios para se delimitar a sua população-alvo. A renda foi considerada variável determinante, o que vale estabelecer uma correlação entre pobreza e desnutrição e neste sentido o nível de 2 salários mínimos foi tomado como linha divisória da pobreza no Brasil, o que equivale a falar de 57% das famílias e 75% da população com rendimentos (1).

Além do critério da renda, foi utilizado um outro de natureza biológica. Procurou-se dar prioridade de atendimento ao período da vida em que o ser humano se torna fisiologicamente mais vulnerável às carências nutricionais, ou seja, as crianças até 7 anos, as gestantes e as nutrizas.

Procurando-se evitar uma competição entre o aleitamento materno e a suplementação alimentar, foram excluídas do programa as crianças de menos de 6 meses buscando-se, desta forma, beneficiá-las indiretamente, através do atendimento proporcionado à nutriz.

Além disso, dado o caráter preventivo do programa, procurou-se concentrar os esforços junto à população infantil na faixa de 6 meses a 3 anos de idade, e aos seus contatos (irmãos, primos, etc.) com as de 4 a 6 anos.

(1) FIBGE - Indicadores Sociais - 1975

Segundo o Anuário Estatístico do IBGE a população de crianças de 0 a 6 anos representava, em 1974, 21% da população brasileira. Estima-se que as gestantes alcancem 5% da população brasileira enquanto as nutrizes perfaçam 1,5% da população.

Quanto ao aspecto da seleção dos alimentos que comporiam esta cesta de alimentação suplementar, obedeceu-se à diretriz de que a dieta das pessoas, em particular as de baixa renda, é composta de um número reduzido de alimentos, dos quais deriva a maior parte das calorias e proteínas. Por outro lado, existe grande evidência de que o sucesso ou insucesso de um programa de suplementação alimentar reside na aceitação, por parte dos membros das famílias, dos alimentos que lhes são oferecidos em caráter de suplementação. Neste sentido foram escolhidos alimentos tradicionais, respeitando-se os hábitos culturais da população e combinando-se os alimentos de forma a atender as exigências nutricionais dos indivíduos.

O leite em pó desnatado, o açúcar, o fubá, o feijão e a farinha de mandioca foram definidos como os elementos básicos dos cardápios do P.N.S. As suas quantidades por grupos de beneficiários e respectivas adequações protéico-energéticas estão apresentadas nos Quadros 9 a 12.

A aplicação destes alimentos no Programa apresenta, no entanto, certa flexibilidade podendo ser substituídos por outros de produção local, ou quando da ocorrência de eventuais irregularidades no mercado fornecedor, ou ainda, por excedentes de produção agrícola, em apoio à política de preços mínimos fixada pelo Governo.

Utilizando-se de recursos do INAN, a COBAL adquire os produtos preferencialmente de produtores regionais e próximos aos locais de distribuição, objetivando apoiar a produção local e minimizar os custos de transporte. Estes alimen

tos são fornecidos diretamente à CIBRAZEM, aos armazéns mantidos ou contratados pelas Secretarias Estaduais de Saúde, e estas são as responsáveis pelo suprimento às unidades executoras integradas ao Programa.

Procurando-se evitar a pulverização de esforços, foram escalonadas áreas prioritárias, segundo a caracterização de problemas sócio-econômicos mais acentuados, e consequentemente de carências nutricionais, especialmente a desnutrição protéico-energética infantil, principalmente áreas de população marginalizada de centros urbanos mais populosos e áreas rurais de atuação dos "Projetos de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas de Baixa Renda".

No quadro abaixo estão especificados os principais indicadores do desempenho referentes ao período 1975/78.

Especificação Anos	Beneficiários	Alimentos (ton.)	Recursos (Cr\$ 1.000)
1975	252.062	5.374,2	62.582
1976	1.021.703	33.982,1	203.138
1977	1.805.697	74.259,7	419.517
1978 *	2.400.000	125.000,0	833.000

* Previsão

O P.N.S. beneficiou em 1977 a 1.805.697 pessoas, 93% da sua meta, sendo 1.033.404 (57%) no Nordeste, envolveu a aquisição de aproximadamente 74.000 toneladas de alimentos, mobilizando recursos de Cr\$ 419,5 milhões. Observa-se que com relação ao ano anterior houve um crescimento bastante significativo. No entanto, em relação ao volume de gastos governamentais, o gasto do PNS perde qualquer expressividade. Ele

corresponde a 0,18% do orçamento previsto da União para 1977 e a menos de 4% do orçamento previsto para o Ministério dos Transportes.

As previsões para o ano de 1978 revelam a duplicação de aquisição de alimentos e um atendimento de 2.400.000 pessoas. Um aspecto importante deste programa é que o seu baixo custo operacional para 1978 estão previstos menos de 4% dos recursos mobilizados sendo o restante gasto na aquisição de alimentos e no seu transporte.

QUADRO Nº 9
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - P.N.S.

QUANTIDADE DE ALIMENTOS E ADEQUAÇÃO MÉDIA
 PROTÉICO-CALÓRICA "PER CAPITA" /DIA POR
 GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS DO PNS - 1976.
 "CARDÁPIO BÁSICO"

GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS	GRAMAS DE ALIMENTOS					PROTEÍNA			ENERGIA		
	LEITE	AÇÚCAR	FUBÁ	FEIJOÃO	FÉCULA	NECESSIDADE GRAMA	DISTRIBUIDO		NECESSIDADE Kcal	DISTRIBUIDO %	
							GRAMA	%			
GESTANTE	17	67	67	67	-	60	27	45	2.400	792	33
MÚLTIPLO	17	67	67	67	-	68	27	40	2.600	792	30
CRIANÇAS:											
6 - 11 meses	34	34	-	-	17	21	12	57	860	308	36
1 - 6 anos	17	67	34	17	-	28	13	46	1.500	498	33

FONTE: INAN - MS

QUADRO Nº 10
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - P.N.S.
QUANTIDADE "PER CAPITA" DIÁRIA, QUINZENAL E MENSAL DE ALIMENTOS DISTRIBUÍDOS
SEGUNDO GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS
1976

GRUPO DE BENEFICIÁRIOS	LEITE (g)			AÇÚCAR (g)			FURÃO (g)			FEIJÃO (g)			FÉCULA (g)		
	D*	Q*	M*	D	Q	M	D	Q	M	D	Q	M	D	Q	M
GESTANTE	17	250	500	67	1000	2000	67	1000	2000	67	1000	2000	-	-	-
NUTRIZ	17	250	500	67	1000	2000	67	1000	2000	67	1000	2000	-	-	-
CRIANÇAS:															
6-11m.	34	500	1000	34	500	1000	-	-	-	-	-	-	17	250	500
1-6 a.	17	250	500	67	1000	2000	34	500	1000	17	250	500	-	-	-

FONTE: INAN - MS

* D = Diário;

* Q = Quinzenal;

* M = Mensal.

QUADRO Nº 11
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - P.N.S.
QUANTIDADE MENSAL DE ALIMENTOS, SEGUNDO
PROPORÇÃO NUMÉRICA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS
 1976

DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS	TIPOS DE ALIMENTOS (Kg)						
	Nº	%	LEITE	ACÚCAR	FUBÁ	FEIJÃO	FÉCULA
GESTANTE	3	21	1,5	6,0	6,0	6,0	-
NUTRIZ	1	7	0,5	2,0	2,0	2,0	-
CRIANÇAS:							
6-11 m.	1	7	1,0	1,0	-	-	0,5
1- 6a.	9	65	4,5	18,0	9,0	4,5	-
TOTAL	14	100	7,5	27,0	17,0	12,5	0,5

FONTE: INAN - MS

QUADRO Nº 12
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - P.N.S.

QUANTIDADE DE ALIMENTOS, SEGUNDO TEMPO MÁXIMO DE PERMANÊNCIA NO ANO, PROPORÇÃO NUMÉRICA E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS

- 1976 -

GRUPOS	DISTRIBUIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS		TEMPO DE PERMANÊNCIA NO ANO (MESES)	TIPOS DE ALIMENTOS (Kg)				
	Nº	%		LEITE	ACÚCAR	FUBÁ	FEIJÃO	FÉCULA
GESTANTE	3	21	6	9	36	36	36	-
NUTRIZ	1	7	6	3	12	12	12	-
CRIANÇAS:								
6-11 m.	1	7	6	6	6	-	-	3
1-5 a.	9	65	12	54	108	54	27	-
TOTAL	14	100	-	72	162	102	75	3

FONTE: INAN - MS

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS

QUADRO Nº 13

ATENDIMENTO PROGRAMADO E REALIZADO
DE BENEFICIÁRIOS POR GRANDES REGIÕES

1975/1977

GRANDES REGIÕES	B E N E F I C I Á R I O S								
	1 9 7 5				1 9 7 6				1 9 7 7
	PROGRAMADO	REALIZADO	% DE CUMPRIMENTO	PROGRAMADO	REALIZADO	% DE CUMPRIMENTO	PROGRAMADO	PROGRAMADO	
<u>NORTE</u>	<u>15.375</u>	<u>17.244</u>	<u>112</u>	<u>119.891</u>	<u>70.627</u>	<u>59</u>	<u>151.998</u>		
<u>NORDESTE</u>	<u>151.817</u>	<u>132.260</u>	<u>87</u>	<u>688.886</u>	<u>560.926</u>	<u>81</u>	<u>1.129.260</u>		
<u>CENTRO-OESTE</u>	<u>23.598</u>	<u>21.787</u>	<u>92</u>	<u>83.107</u>	<u>74.353</u>	<u>89</u>	<u>110.000</u>		
<u>SUDESTE</u>	<u>80.044</u>	<u>56.027</u>	<u>70</u>	<u>235.905</u>	<u>208.387</u>	<u>88</u>	<u>289.900</u>		
<u>SUL</u>	<u>26.767</u>	<u>24.744</u>	<u>92</u>	<u>145.580</u>	<u>107.413</u>	<u>74</u>	<u>198.000</u>		
<u>BRASIL</u>	<u>297.601</u>	<u>252.062</u>	<u>85</u>	<u>1.273.369</u>	<u>1.021.706</u>	<u>80</u>	<u>1.879.158</u>		

FONTE - INAN/Coordenadoria do PNS

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS

QUADRO Nº 14

VOLUME DE ALIMENTOS PROGRAMADOS E FORNECIDOS
POR GRANDES REGIÕES

1975/1977

(Em toneladas)

GRANDES REGIÕES	1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7		
	PROGRAMADO	REALIZADO	% DE CUMP.	PROGRAMADO		REALIZADO	% DE CUMP.
<u>NORTE</u>	<u>365,0</u>	<u>349,5</u>	<u>96</u>	<u>4.402,8</u>	<u>4.140,2</u>	<u>94</u>	<u>6.142,0</u>
<u>NORDESTE</u>	<u>3.250,0</u>	<u>3.006,1</u>	<u>92</u>	<u>24.041,0</u>	<u>16.908,0</u>	<u>70</u>	<u>46.666,3</u>
<u>CENTRO-OESTE</u>	<u>480,0</u>	<u>443,3</u>	<u>92</u>	<u>3.270,4</u>	<u>2.812,3</u>	<u>86</u>	<u>4.790,3</u>
<u>SUDESTE</u>	<u>1.420,0</u>	<u>1.155,1</u>	<u>81</u>	<u>6.717,9</u>	<u>5.515,9</u>	<u>82</u>	<u>11.415,5</u>
<u>SUL</u>	<u>475,0</u>	<u>448,3</u>	<u>94</u>	<u>5.537,9</u>	<u>4.605,7</u>	<u>83</u>	<u>8.595,8</u>
<u>BRASIL</u>	<u>5.990,0</u>	<u>5.402,3</u>	<u>90</u>	<u>43.970,0</u>	<u>33.982,1</u>	<u>77</u>	<u>77.609,9</u>

FONTE - INAN/Coordenadoria do PNS

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS

QUADRO Nº 15

RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS POR
GRANDES REGIÕES, SEGUNDO A NATUREZA DA APLICAÇÃO
1975/1977

(Em Cr\$ 1,00)

GRANDES REGIÕES	APOIO AS SECRETARIAS		AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS		TOTAL			PROGRAMADO		
	1975	1976	1975	1976	1975	1976	1977	APOIO	AQUI.	TOTAL
NORTE	1.209.193	1.745.500	3.219.700	18.038.274	4.428.893	19.783.774	347	3.378.820	39.914.296	43.293.116
NORDESTE	6.960.928	14.077.438	28.067.000	105.897.278	35.027.928	119.974.716	243	15.112.260	306.023.832	321.126.092
CENTRO-OESTE	708.200	1.647.670	4.069.900	13.045.240	4.778.100	14.692.910	208	2.289.000	30.910.607	33.199.607
SUDESTE	2.591.410	1.947.026	10.498.600	24.187.207	13.090.010	26.134.233	100	3.231.660	88.323.040	91.554.700
SUL	748.200	2.548.787	4.509.400	20.003.848	5.257.600	22.552.635	329	7.392.620	57.990.405	65.383.025
BRASIL	12.217.938	21.966.421	50.364.600	181.171.847	62.582.531	203.138.268	225	31.394.360	523.162.180	554.556.540

FONTE: INAN/Coordenadoria do PNS

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS

QUADRO Nº 16

ATENDIMENTO PROGRAMADO E REALIZADO DE BENEFICIÁRIOS POR GRANDES REGIÕES COM RESPECTIVOS VOLUMES DE ALIMENTOS

BRASIL - 1977

BNDES
AP / COPEL
Centro de Pesquisas e Dados

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	M E T A S F I S I C A S						DIFICULDADES/PREVIDÊNCIAS TOMADAS
	BENEFICIÁRIOS		% DE VOLUME DE ALIMENTOS (T.)		% DE CUM.	ALCANÇADO	
	PREVISTO	ALCANÇADO	PREVISTO	ALCANÇADO			
NORTE	153.898	162.747	106	6.904,0	5.223,4	76	<p>Em virtude das dificuldades de aquisição de leite em pó e da disponibilidade de feijão, especialmente nas áreas de produtores de baixa renda no Nordeste, foi empregada a utilização deste produto em 1977.</p> <p>Em virtude das dificuldades de aquisição de leite em pó, em 1977 foram tomadas providências para a importação do produto, o que minimizou o problema.</p> <p>Em virtude das dificuldades de aquisição de leite em pó, em 1977 foram tomadas providências para a importação do produto, o que minimizou o problema.</p>
NORDESTE	1.176.260	1.033.404	88	55.655,5	45.814,2	82	
CENTRO-OESTE	110.000	131.114	119	5.253,9	4.754,9	91	
SUDESTE	289.900	237.106	82	11.781,9	10.215,2	87	
SUL	215.000	241.326	112	9.376,9	8.252,0	88	
B R A S I L	1.945.058	1.805.697	93	80.972,2	74.259,7	83	<p>A partir de 1977, a maioria das Secretarias de Saúde vem contando com o apoio da CIBRAZEM para a entrega dos alimentos de CIBAL para a entrega dos alimentos às Unidades de Saúde, e da CIBRAZEM para estocagem dos produtos a nível de anexidade central, medidas estas que viabilizam dinamizar sobremaneira o sistema de abastecimento.</p> <p>O abastecimento de leite em pó, em 1977 foi bastante prejudicado em virtude da dificuldade de aquisição no mercado interno. Foram tomadas providências para a importação do produto, o que minimizou o problema.</p> <p>Em virtude das dificuldades de aquisição de leite em pó e da disponibilidade de feijão, especialmente nas áreas de produtores de baixa renda no Nordeste, foi empregada a utilização deste produto em 1977.</p> <p>Diante do aumento da oferta de farinha de mandioca pelos produtores de baixa renda na área do Projeto INAN / COBAL / CIBAL na Paraíba, foi inicialmente em CIBAL o produto na dieta do PNS e posteriormente empregada a sua utilização.</p>

FONTE: INAN-MS

Obs: O atendimento superior ao programado ocorre em função da variabilidade do tempo de permanência dos beneficiários no Programa, principalmente nos grupos constituídos por gestantes, nutrízes e crianças de 9-11 meses.

FORNECIMENTO DE ALIMENTOS ESCONTOADO E REALIZADO POR GRANDES REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS

BRASIL 1977

UNIDADES E UNIDADES FEDERATIVAS	LEITE EM FÓ		ACÇCAR		FUBA		FEIJO		FARF. MANDIOCA		TOTAL		% DE CM. PRIMEIRO	
	PROG.	REALIZ.	PROG.	REALIZ.	PROG.	REALIZ.	PROG.	REALIZ.	PROG.	REALIZ.	PROG.	REALIZ.		
REGIÃO	653,3	477,4	1.554,7	1.275,6	1.427,6	1.655,7	2.592,5	2.067,7	359,1	-	6.904,0	5.223,4	76	
Acre	62,4	41,6	186,6	82,6	18,9	88,3	37,8	37,8	37,8	-	600,3	444,8	67	
Amapá	38,0	25,2	76,9	63,1	83,6	51,9	13,0	22,8	21,6	-	375,3	271,7	72	
Assisima	100,1	84,2	285,7	234,3	273,3	160,0	87,6	32,1	62,4	-	1.359,7	964,6	66	
Pará	361,1	273,2	872,4	790,0	790,0	652,2	1.621,5	207,0	183,8	-	3.854,3	3.034,4	79	
Roraima	51,1	40,0	128,4	108,1	111,2	81,9	29,6	713,5	32,4	-	542,7	476,2	88	
Roraima	20,0	13,2	54,7	16,5	32,6	26,4	7,2	67,5	8,1	-	170,1	131,7	77	
REGIÃO	4.749,2	3.339,9	11.402,7	9.404,3	10.324,7	8.262,6	13.187,4	6.686,1	4.796,8	1.113,2	55.655,5	45.814,2	82	
Maranhão	267,4	174,7	650,0	548,2	589,0	388,5	1.22,0	1.022,4	392,7	73,5	3.220,3	2.354,3	81	
Piauí	330,0	239,3	780,0	606,7	722,5	636,3	1.37,7	1.185,6	417,2	92,0	3.941,3	3.257,1	83	
Ceará	753,9	597,9	1.860,0	1.387,1	1.672,1	1.566,3	3.49,3	3.463,0	800,2	182,6	143,7	9.977,0	7.558,2	83
R.G. do Norte	262,5	192,5	629,6	515,9	573,7	543,3	1.18,4	1.082,9	297,8	88,8	3.053,4	2.676,0	68	
Paraíba	303,0	176,7	741,2	693,5	673,4	648,4	1.35,4	1.246,7	383,7	70,0	95,0	5.579,3	3.254,0	91
Paraíba	1.181,7	653,1	2.775,8	2.227,9	2.514,6	2.038,5	5.23,9	3.880,9	1.631,8	273,0	262,4	13.587,6	10.303,1	76
Alagoas	220,0	156,2	529,5	521,1	481,0	411,2	98,4	822,6	247,5	63,9	2.556,2	2.233,5	85	
Sergipe	142,9	134,8	344,2	325,3	312,2	305,0	62,7	572,3	175,1	35,0	1.679,8	1.549,5	93	
Pernambuco	1.272,8	1.024,7	3.083,4	2.672,6	2.788,7	2.065,1	5.76,2	4.931,0	889,3	315,0	15.069,5	11.968,5	79	
REGIÃO-GESTE	488,0	341,8	1.236,1	1.074,6	1.067,2	856,1	2.18,4	2.243,0	246,4	-	5.233,9	4.754,9	91	
Goias	220,0	155,9	549,5	494,1	481,0	350,6	98,2	1.013,6	112,0	-	2.344,7	2.156,2	92	
Estado Grosso	134,0	101,2	353,3	270,9	293,1	232,9	58,4	593,9	67,2	-	1.454,6	1.264,3	87	
D. Federal	134,0	87,7	333,3	309,6	293,1	233,5	59,6	676,4	67,2	-	1.431,6	1.334,4	92	
REGIÃO	1.878,8	1.273,5	2.473,2	2.013,0	2.241,3	2.146,5	4.351,8	4.303,3	555,9	-	11.781,9	10.215,2	87	
Minas Gerais	445,0	315,9	1.067,2	926,2	972,2	855,9	1.973,1	1.862,1	237,5	-	4.707,2	4.227,6	90	
E. Santo	174,0	90,2	415,9	344,9	389,3	406,4	77,5	786,3	89,6	-	1.849,3	1.697,4	92	
R. de Janeiro	407,8	302,4	990,1	741,9	891,4	904,2	1.821,6	1.656,9	229,8	-	4.373,2	3.823,2	87	
São Paulo	851,0	465,0	-	-	-	-	-	-	-	-	851,0	465,0	55	
REGIÃO	962,4	647,2	2.069,4	1.839,0	1.965,6	2.064,3	3.835,1	3.275,6	524,0	483,9	9.376,9	8.752,0	83	
Paraná	401,9	282,6	973,6	849,8	877,0	913,1	1.753,4	1.583,5	241,4	356,3	4.250,2	3.663,3	82	
S. Catarina	228,3	158,5	552,7	457,5	409,4	528,0	1.914,6	922,7	131,4	-	2.425,8	2.186,3	90	
R.G. do Sul	332,2	208,1	542,9	538,7	569,2	553,2	1.042,5	799,6	132,6	-	2.661,6	2.203,2	87	
TOTAL	8.111,7	5.982,8	18.736,1	16.004,5	17.009,1	14.638,2	31.877,7	26.000,9	6.432,1	1.113,2	85.972,2	74.799,7	83	

PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - PNS
 QUADRO Nº 18
 PROGRAMAÇÃO DE ATENDIMENTO E RECURSOS FINANCEIROS
 POR REGIÕES E UNIDADES FEDERATIVAS

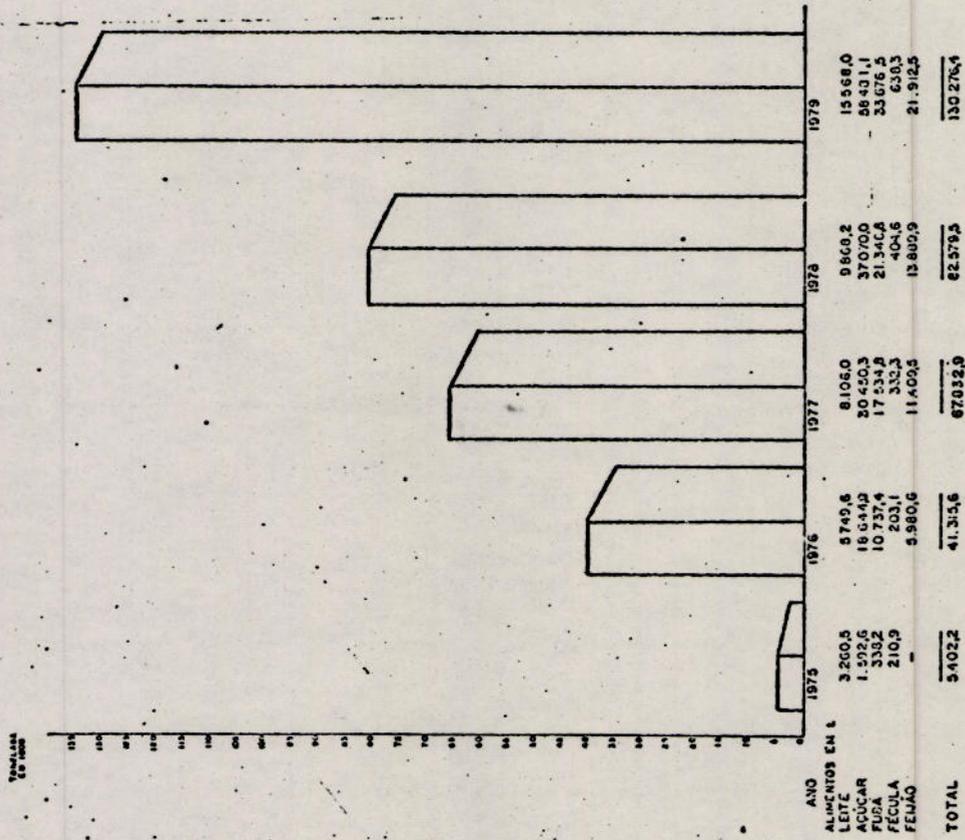
1978

REGIÃO/ESTADO	POPULAÇÃO/1978				CUSTOS EM Cr\$ 1.000,00		
	GERAL	ALVO (1)	ELNEFIICIÁRIA	COBERT.	ADQUIÇÃO DE ALI- MÉNTOS/ DIETA	AJÓDIO AS SUPLENTE	TOTAL
NORTE	<u>4.627.200</u>	<u>795.037</u>	<u>183.180</u>	<u>23</u>	<u>59.879</u>	<u>4.489</u>	<u>64.378</u>
Rondônia	159.300	26.364	12.600	49	3.519	931	4.450
Acre	271.600	50.333	12.360	25	3.619	685	4.304
Amazonas	1.184.000	205.766	43.000	21	14.100	649	14.749
Roraima	52.900	9.179	4.000	44	1.141	250	1.391
Pará	2.798.400	476.908	100.000	21	33.579	1.186	34.765
Arará	160.800	26.487	13.000	49	3.921	598	4.519
NORDESTE	<u>34.487.900</u>	<u>6.436.678</u>	<u>1.589.600</u>	<u>25</u>	<u>535.279</u>	<u>16.082</u>	<u>552.261</u>
Maranhão	3.544.300	772.016	84.600	11	28.675	735	29.410
Piauí	2.173.600	466.132	156.000	33	52.222	2.010	54.232
Ceará	5.565.300	1.072.411	205.000	19	69.984	1.282	71.266
R. Grande do Norte	2.034.400	387.805	85.000	22	28.643	906	29.549
Paraíba	2.843.200	546.400	125.000	23	41.698	1.757	43.455
Pernambuco	6.292.100	1.188.017	400.000	34	132.886	6.170	139.056
Alagoas	1.918.000	370.087	88.000	24	29.756	836	30.592
Sergipe	1.051.600	171.077	45.000	26	14.546	695	15.241
Bahia	9.065.200	1.462.733	400.000	27	136.469	2.587	139.056
CENTRO-OESTE	<u>7.177.700</u>	<u>1.062.300</u>	<u>143.500</u>	<u>14</u>	<u>46.258</u>	<u>3.678</u>	<u>49.936</u>
Mato Grosso	2.287.500	338.550	40.000	12	11.475	2.431	13.906
Goiás	3.841.470	568.538	73.500	13	24.555	996	25.551
D. Federal	1.048.730	155.212	30.000	19	10.228	201	10.429
SUDESTE	<u>49.957.600</u>	<u>7.245.754</u>	<u>250.800</u>	<u>04</u>	<u>83.494</u>	<u>3.694</u>	<u>87.188</u>
Minas Gerais	13.213.200	1.955.554	72.600	04	23.725	1.583	25.308
E. Santo	1.603.500	266.918	40.000	15	12.985	921	13.906
R. de Janeiro	11.344.200	1.672.942	90.000	06	33.683	385	34.068
São Paulo	22.596.900	3.344.341	40.000	01	13.101	805	13.906
SUL	<u>21.142.500</u>	<u>3.129.000</u>	<u>227.000</u>	<u>07</u>	<u>76.180</u>	<u>2.735</u>	<u>78.915</u>
Paraná	9.511.600	1.407.716	110.000	08	37.137	1.104	38.241
Santa Catarina	3.659.500	541.606	52.000	10	17.327	750	18.077
R. G. do Sul	7.971.400	1.179.767	65.000	06	21.716	881	22.597
BRASIL	<u>116.393.100</u>	<u>18.668.859</u>	<u>2.395.080</u>	<u>13</u>	<u>801.090</u>	<u>31.538</u>	<u>832.628</u>

FONTE: INAN-MS

(1) População total de nutrizes, gestantes e crianças até 7 anos.

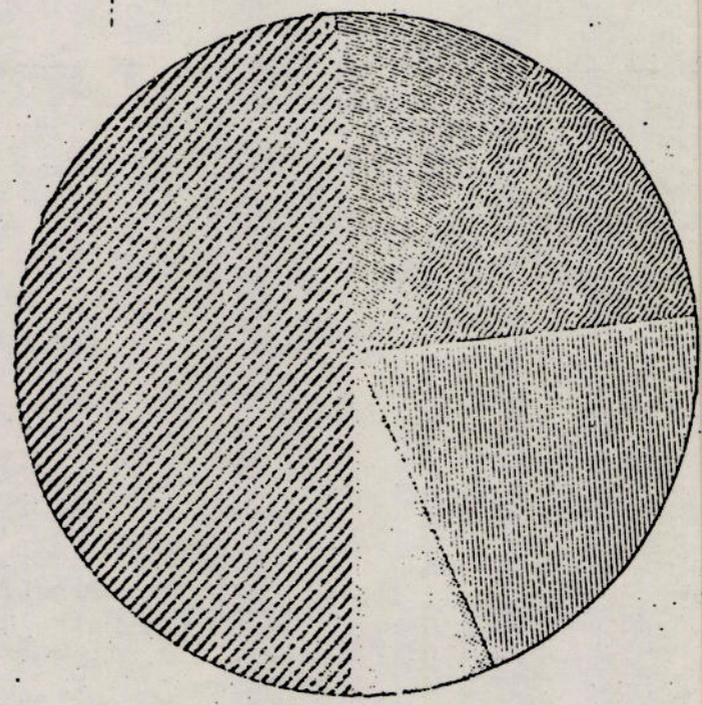
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE-PNS
 GRÁFICO 3
 QUANTIDADE E TIPOS DE ALIMENTOS FORNECIDOS EM 1975 E PROGRAMADOS
 PARA O PERÍODO 1976/1979.



FONTE: INAN-MS

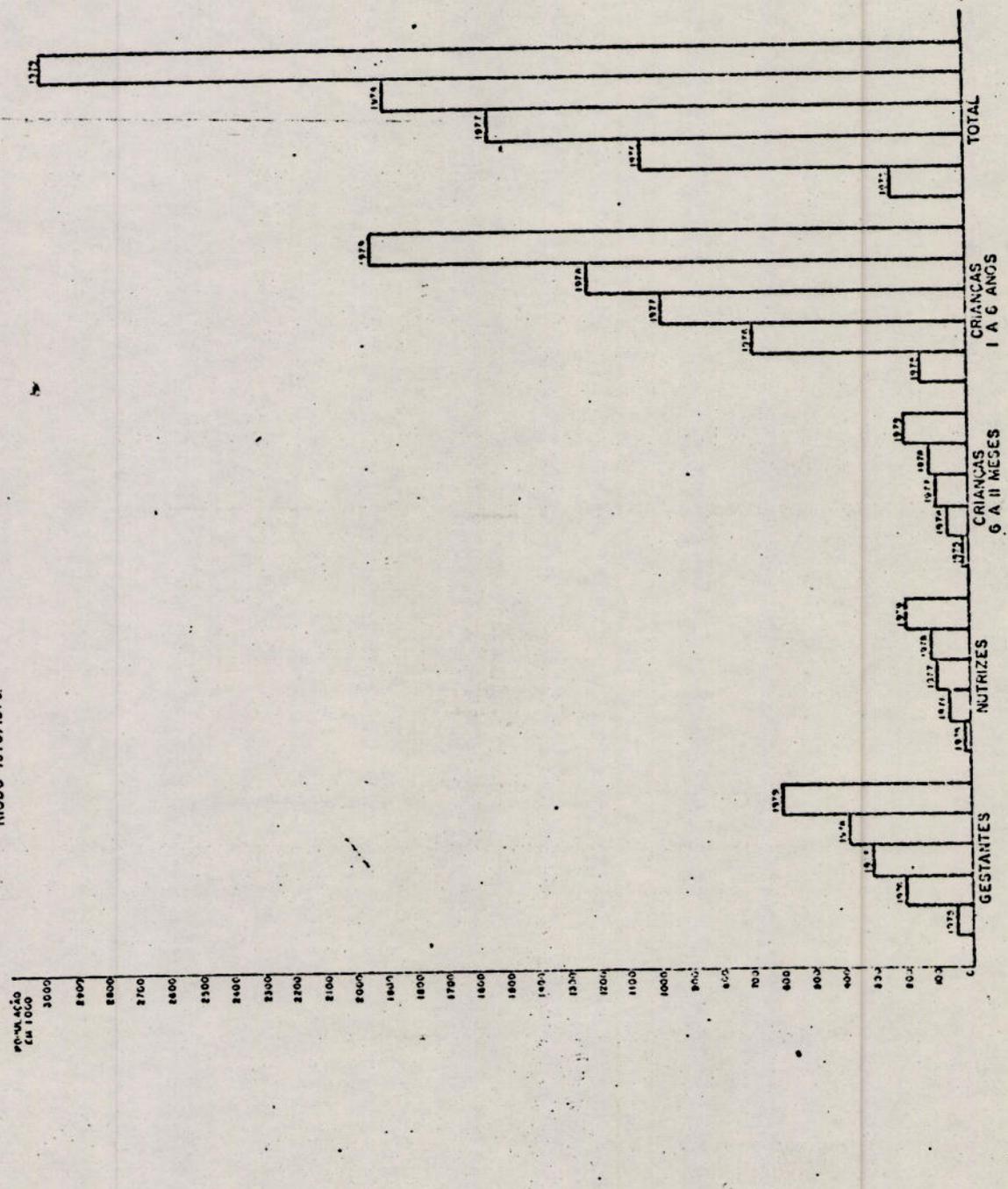
MS-INAN-PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE - P.N.S.
GRÁFICO 4
PROGRAMAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O QUADRIÊNIO 1976/1979,
SEGUNDO GRANDES REGIÕES DO PAÍS.

REGIÃO	%	RECURSOS - EM Cr\$ 1.000,
NORTE	8,70	154.945
NORDESTE	48,82	869.506
C. OESTE	7,20	128.231
SUDESTE	20,94	372.944
SUL	14,35	255.591
TOTAL		1.781.059



FONTE: INAN-MS

MS-INAM-PROGRAMA DE NUTRIÇÃO EM SAÚDE-PNS.
 GRÁFICO :5
 POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA ATENDIDA EM 1975 E PROGRAMADA PARA O PERÍODO 1976/1979.



FONTE: INAN-MS

3.1.2. Programa de Nutrição Escolar - PNE

Este programa tem como população-alvo os escolares do 1º grau, na faixa etária de 7 a 14 anos de idade, matriculados em estabelecimentos oficiais e filantrópicos. Esta cobertura é estendida também às crianças pré-escolares carentes na faixa etária de 4 a 6 anos e que possuam algum contato com a população atendida.

O órgão executor do Programa é o Ministério da Educação e Cultura (MEC), através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Este órgão foi instituído em março de 1955 com a denominação de Campanha Nacional de Merenda Escolar tendo sido criado já com o objetivo de assistência nutricional aos escolares carentes até 14 anos. Com a decisão do Governo Federal de agrupar seus programas de suplementação alimentar, a "merenda escolar" foi transformada em um programa específico do PRONAN. A estrutura e a independência do CNAE foram, no entanto, mantidas.

A CNAE atua de forma descentralizada sendo estruturada da seguinte forma:

a) Superintendência: órgão de direção, encarregado de planejar, orientar, coordenar, acompanhar, controlar e supervisionar as atividades da Campanha;

b) Coordenações Regionais: uma por unidade ou federações, com atividades semelhantes às da Superintendência, em nível estadual e territorial. A estrutura atende às necessidades da administração, ficando a execução do PNE, nos municípios, a cargo dos Setores Regionais;

c) Setores Regionais: órgão de atuação regional e de interiorização do Programa, situados em posições-chaves, mercê de situação geográfica e da rede viária, com a finalidade

de de atender a vários municípios. A CNAE contava em 1976 com 253 Setores Regionais (variáveis com as necessidades), que assistiam a 3.426 dos 3.952 municípios do País (87%).

d) Escolas de Nutrição: capacitam o pessoal dos estados e municípios nas atividades de nutrição.

O PRONAN estabelece que a "merenda escolar" deve cobrir de 15 a 30% das necessidades proteico-energéticas da população atendida. Isto se faz através da compra de alimentos in natura e industrializados, pois em algumas escolas, principalmente no interior do País, inexistem cozinhas aparelhadas para a estilização de alimentos in natura. Paralelamente a CNAE mantém 6 fábricas de massas enriquecidas, além de um esquema de armazenamento próprio.

Tanto a superintendência quanto as coordenações regionais se encarregam da aquisição de produtos, buscando atingir, através destas últimas, os pequenos e médios produtores regionais.

No que toca às compras da Superintendência, responsável em 1977 pela compra de 41% dos alimentos (em valor), o seu procedimento através de licitações públicas com cláusulas severas quanto aos prazos de entrega, afastam os pequenos e médios produtores, como também a desincentiva a atuar mais, junto à COBAL.

A ação das coordenações regionais se acha submetida à política dos Governos estaduais e municipais tanto no seu aspecto organizacional, quanto escolha dos produtos do seu cardápio, isto faz com que ocorram certas deturpações das finalidades do Programa. Isto fica claro se observarmos o Quadro 25 onde se observa que 40% dos gastos em 1976, a nível municipal, correspondem a custos com pessoal enquanto 46% correspondem a compra de alimentos; o mesmo quadro se repete

ao nível estadual. No conjunto dos gastos do programa, Cr\$ 1.355 milhões, apenas Cr\$ 875,8 milhões (65%) correspondem a compra de alimentos, apesar de já indicar uma melhoria pois no ano anterior quando apenas 57% dos Cr\$ 776,5 milhões corresponderam a gastos com alimentos. Se confrontarmos este quadro com o do PNS, este aspecto fica mais gritante, pois os custos operacionais deste último programa, com excessão da compra de alimentos e seu transporte, fica em apenas 4%.

Por outro lado, a duplicação de estruturas no que toca à compra e distribuição de alimentos foge às diretrizes do PRONAN na medida em que divide o poder de compra do Governo no setor de alimentos básicos e com isso não permite a sua utilização com maior eficácia no sentido de obter transformações substantivas na sua estrutura.

O CNAE atendeu, em média, a 11.510.366 escolares em 1977, o que equivale a um crescimento de 11% com relação ao ano anterior, oferecendo 1.551.194.451 refeições com um crescimento de 15% com relação a 1976. O dado mais importante dentro de uma visão qualitativa do atendimento do CNAE é o número médio de dias de atendimento, pois devido a dificuldades financeiras e de organização, nem todas as escolas e nem todos os escolares do País recebem diariamente a merenda escolar; naturalmente, são as escolas dos grandes centros as que possuem melhor atendimento. No período 75/77, este índice apresentou um crescimento de 27% se elevando a 135 dias de atendimentos, numa escala de 180 dias letivos por ano.

O número de escolas atendidas cresceu de pouco mais de 13% alcançando 104.956 estabelecimentos. Este número elevado, no entanto, pode se situar dentro de um esforço exagerado, concorrendo contra uma perspectiva de um melhor atendimento à população já atendida, e de uma maior racionalidade operacional.

O PNE é o programa que mais absorveu os recursos do PRONAN em 1977 sendo a maior parte oriunda de convênios com órgãos nacionais, estaduais e municipais (68%), do salário-educação e do FAS (Caixa Econômica Federal), cada um com 14%.

No quadro abaixo estão especificados os principais indicadores de desempenho.

Especi- fica- ção Anos	Escolares (maior atendimento) ⁽¹⁾	Dias de Atendimento	Recursos (Cr\$ 1.000)
1975	11.137.981	106	776.551
1976	11.769.481	130	1.335.736
1977	12.976.677	135	1.472.617
1978 *	13.000.000	...	1.900.000

* Previsão

(1) Corresponde ao dia de maior atendimento em todo o ano.

QUADRO N.º 18
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR-PNE
DISTRIBUIÇÃO GERAL DO ATENDIMENTO - 1975

Coordenação regional	Setores regionais	Municípios		Unidades escolares		Escolares			Refeições servidas	Dias**		
		Existentes	Atendidos	%	Existentes	Atendidos	%	Matriculados			Atendidos	%
Acre	1	7	7	100	444	313	70	34.516	23.590	68	2.312.190	98
Alagoas	2	94	60	63	13.570	501	3	550.653	80.845	14	4.711.570	58
Amapá	-	5	5	100	179	157	87	25.368	21.764	85	2.472.651	113
Amazonas	1	44	20	45	2.121	529	24	187.797	81.977	43	7.075.919	86
Bahia Projeto 541	-	1	1	100	145	48	33	196.390	95.916	48	11.405.733	118
Bahia Projeto 339	26	337	298	88	19.537	8.992	43	1.395.905	641.557	45	83.308.314	129
Ceará	6	141	93	65	21.332	3.115	14	1.124.914	353.517	31	29.439.100	83
Distrito Federal	-	1	1	100	412	274	66	234.684	149.305	63	21.075.127	141
Espírito Santo	7	53	53	100	7.447	3.748	50	444.850	277.316	62	40.465.405	146
Goias*	16	214	202	94	6.216	2.518	40	764.494	415.572	54	48.608.246	118
Maranhão	4	129	45	34	6.390	833	13	424.342	108.480	25	5.338.310	66
Mato Grosso	6	84	67	79	2.268	1.505	65	306.245	183.794	60	16.568.740	90
Minas Gerais	46	722	701	97	19.442	13.836	71	2.621.228	81.667.194	59	134.605.301	80
Pará	8	74	57	77	3.674	2.359	64	430.329	266.289	61	16.029.787	21
Paraná	5	171	167	97	6.908	2.200	31	372.757	164.505	44	13.570.069	82
Pernambuco	23	288	266	92	12.445	8.400	68	1.234.111	802.112	64	70.070.378	87
Piauí	5	165	119	72	11.678	2.973	25	921.561	454.740	49	39.806.765	57
Rio de Janeiro (cidade)	10	114	65	57	3.741	1.252	33	371.050	170.987	46	10.361.659	60
Rio de Janeiro (estado)	-	1	1	100	2.175	978	44	1.074.912	692.591	64	62.000.139	89
Rio de Janeiro	13	63	63	100	6.641	3.941	59	1.123.350	639.853	56	74.289.330	116
Rio Grande do Norte	5	150	116	77	5.473	2.656	48	401.421	231.202	57	12.542.293	54
Rio Grande do Sul	16	232	214	92	14.818	9.957	67	1.025.211	794.531	48	61.144.880	76
Roraima	1	2	2	100	498	328	65	44.512	24.960	56	2.039.899	81
Roraima	-	2	2	100	197	172	87	13.698	13.218	96	1.616.715	122
Santa Catarina	13	157	189	95	7.595	5.226	68	757.626	433.934	57	44.145.527	101
São Paulo	30	571	547	95	25.254	14.720	58	3.402.237	2.227.222	65	347.761.580	156
Sergipe	8	74	69	93	3.361	555	16	213.316	78.940	37	7.257.462	91
Total	252	3.936	3.430	87	203.663	91.783	45	20.458.112	11.095.823	54	1.174.112.847	106
Transamazônica	4	16	16	100	779	582	74	58.698	42.155	75	4.507.651	106
Total geral	256	3.952	3.446	87	204.742	92.370	45	20.544.207	11.137.981	54	1.178.620.498	106

FONTE: CNAE - MEC
* Dez municípios do estado do Pará e sete de estado de Goiás estão sendo atendidos pelo projeto de alimentação intensiva (Transamazônica/PIN).
** A divergência verificada na média dos dias de atendimento deve-se ao fato de não terem sido computados os restos obtidos nas divisões.

QUADRO Nº 19
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
DISTRIBUIÇÃO GERAL DO ATENDIMENTO
1976

UNIDADES FEDERATIVAS	SE- TO- RES	MUNICÍPIOS		UNIDADES ESCOLARES			ESCOLARES			% Atendimento	REFEIÇÕES SERVIDAS	DIAS PELA MÉDIA DE ESCOLARES	
		Exis.	Aten.	%	EXISTENTES	ATENDIDAS	%	MATRICUL.	ATENDIDOS				
									Maior Aten.				Média
Acre	01	07	07	100	487	308	82	35.899	30.352	26.516	85	3.028.128	114
Alagoas	02	94	26	28	7.818	238	04	399.190	60.991	60.891	15	4.641.614	76
Amapá	-	05	05	100	191	166	87	25.566	19.301	19.301	75	2.725.666	141
Amazonas	01	44	40	91	1.827	729	39	268.836	101.200	86.019	37	11.548.405	134
Bahia Proj. 541	-	01	01	100	145	40	33	196.399	86.311	86.311	43	8.823.598	102
Bahia Proj. 339	26	337	282	84	20.769	9.361	45	1.474.022	706.353	706.353	48	84.969.591	120
Ceará	06	141	111	78	21.905	3.721	16	1.296.378	427.086	372.808	32	33.591.636	90
Distrito Federal	-	01	01	100	482	269	59	236.800	171.038	151.316	72	25.804.683	171
Espírito Santo	07	53	53	100	6.724	4.348	65	435.674	318.275	301.654	73	41.416.390	137
Goiás	16	214	205	95	6.420	2.647	41	807.954	453.424	386.976	56	55.056.845	142
Maranhão	04	129	49	37	7.656	1.132	14	515.307	149.071	142.611	27	12.467.444	97
Mato Grosso	06	84	61	72	2.497	1.484	59	306.947	219.811	147.250	56	15.266.716	104
Minas Gerais	46	722	682	94	19.191	13.408	70	2.880.774	1.658.083	1.434.735	58	232.262.436	162
Pará	05	74	71	95	3.640	2.645	72	428.119	324.959	276.361	76	31.843.106	115
Paraná	05	171	113	66	7.459	3.774	50	442.732	269.045	226.665	61	34.425.614	151
Paraná	23	288	282	98	12.436	9.264	74	1.243.467	918.134	847.518	74	92.807.958	110
Paraná	05	165	134	81	11.685	2.772	24	930.416	355.905	346.379	38	29.814.514	86
Paraná	10	114	70	61	4.133	1.344	33	389.554	172.854	115.315	44	17.872.850	155
Rio de Janeiro	13	64	63	100	8.080	4.715	53	2.182.089	1.214.293	1.025.536	56	113.462.021	111
Rio G. do Norte	05	150	103	68	5.170	2.037	39	393.160	203.729	184.493	52	19.076.182	103
Rio G. do Sul	16	232	224	96	14.866	8.783	59	1.451.877	725.398	556.679	50	69.273.159	124
Roraima	01	02	02	100	447	289	73	50.752	29.303	29.383	63	5.787.902	197
Roraima	-	02	02	100	210	190	90	14.458	11.173	11.118	77	1.728.840	155
Santa Catarina	13	197	187	95	7.498	6.094	81	750.500	512.761	501.393	68	37.265.072	74
São Paulo	30	571	566	99	22.189	15.131	68	3.616.606	2.481.242	2.187.085	69	347.538.760	159
Sergipe	03	74	70	94	3.180	750	23	224.312	98.930	89.574	44	10.615.309	119
Transamazônica	04	16	16	100	887	785	89	62.906	50.379	50.379	60	6.752.231	134
Total Geral.....	253	3.952	3.426	87	197.992	96.589	49	21.138.694	11.769.481	10.372.639	56	1.349.888.680	130

QUADRO Nº 20
 PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
 DISTRIBUIÇÃO GERAL DO ATENDIMENTO POR REGIÕES

1977

REGIÕES	SETORES	MUNICÍPIOS		UNIDADES ESCOLARES		ESCOLARES			REFEIÇÕES SERVIDAS	DIAS DE ATEND. P/ MÊS
		EXIST.	ATEND. %	EXIST.	ATEND. %	MATRICULADOS	MAIOR	MÉDIA		
NORTE	11	143	127	8.395	5.499	945.039	627.456	553.609	62.563.404	113
NORDESTE	70	1.376	1.043	97.996	31.343	7.031.187	2.958.902	2.636.799	278.024.465	105
SUDESTE	97	1.410	1.357	51.306	36.573	8.373.923	6.136.923	5.539.497	826.984.583	145
CENTRO OESTE	23	306	290	9.860	5.024	1.584.771	892.387	724.531	104.079.141	144
SUL	52	717	708	35.369	26.517	3.522.486	2.361.009	2.055.930	279.542.858	136
TOTAL GERAL	253	3.952	3.525	502.926	104.956	21.457.340	12.976.677	11.510.366	1.551.194.451	135

FONTE: CNAE - MEC

* Dados extraídos do anuário estatístico (IBGE) de 1974.

QUADRO Nº 21
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E
EXECUÇÃO FÍSICA 1975/76

EXECUÇÃO	ANO		% COMPARATIVO
	1975	1976	
1 - ATENDIMENTO			
Setores Regionais	253	253	-
Municípios	3.446	3.426	- 1%
Escolas	92.370	96.589	+ 4%
Escolares { maior atendimento média	11.137.981	11.769.481	+ 6%
Refeições	1.178.620.498	1.349.888.680	+ 15%
Dias de Atendimento	106	130	+ 18%
Preço Unitário da Refeição	Cr\$0,66	Cr\$ 0,99	+ 33%
2 - PREPARAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS			
N.º de Cursos	1.013	942	- 7%
Participantes	20.119	16.855	-16%

FONTE: CNAE - MEC

QUADRO Nº 22
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - R.N.E.
EXECUÇÃO FÍSICA 1976/77

EXECUÇÃO	ANO	1976	1977	% COMPARATIVO
1. ATENDIMENTO				
SETORES REGIONAIS		253	253	100
MUNICÍPIOS		3.426	3.525	03
ESCOLAS		96.589	104.956	07
ESCOLARES { MAIOR ATENDIMENTO		11.769.481	12.976.677	10
REFEIÇÕES { MÉDIA		10.372.639	11.510.366	11
DIAS DE ATENDIMENTO		1.349.888.680	1.551.194.451	15
PREÇO UNITÁRIO DA REFEIÇÃO		130	135	04
2. PREPARAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		CR\$ 0,99	CR\$ 1,45	
Nº DE CURSOS		942	1.149	22
PARTICIPANTES		16.855	20.365	21

FONTE: CNAE - MEC

QUADRO Nº 23
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
APLICAÇÃO DE RECURSOS SEGUNDO A NATU-
REZA DAS DESPESAS E POR UNIDADES FEDE-
RATIVAS
-1975-

Coord. Regionais	Aplicações	Pessoal	Material	Cantina	Armazena- mento	Cursos	Transportes	Veículos		Serviços diversos	Alimentos	Total
								Manutenção	Aquisição			
ACRE		1.393.291,44	38.196,30	38.169,00	36.500,00	6.900,00	160.588,80	6.766,90	43.992,15	40.733,91	1.615.998,14	3.321.136,64
ALAGOAS		1.761.142,68	411.598,80	1.101,00	8.033,00	30.080,00	93.452,00	12.390,20	99.028,07	102.189,80	1.394.628,53	3.913.644,08
AMAPA		232.474,68	32.867,50	52.983,35	-	600,00	20.000,00	7.090,00	74.757,94	2.000,00	2.476.678,20	2.899.451,67
AMAZONAS		625.934,90	16.905,00	13.560,00	17.550,00	10.330,00	20.000,00	3.102,00	86.017,90	90.570,26	2.315.531,83	3.352.806,89
BAHIA	PROJETO 541	894.820,69	2.169.894,50	38.700,00	104.338,20	42.470,00	738.183,15	-	97.917,95	3.111.130,96	6.907.517,93	14.124.973,38
	PROJETO 339	6.398.646,62	1.671.379,87	663.804,33	2.786.523,08	149.704,99	2.992.433,72	172.623,59	-	15.146.097,14	31.561.167,43	61.542.380,71
CEARA		4.169.775,54	3.273.644,95	106.269,00	260.382,00	58.949,24	598.134,50	73.728,70	206.342,11	595.845,29	11.496.843,25	20.839.914,58
DISTRITO FEDERAL		3.410.958,90	152.155,09	1.840,00	73.420,65	2.662,09	30.000,00	58.436,80	247.541,33	247.541,33	7.592.805,89	11.569.820,75
ESPIRITO SANTO		6.625.466,47	556.761,94	92.211,62	2.182.460,35	42.287,84	597.213,63	44.665,50	70.568,90	727.158,95	11.500.809,35	22.439.604,55
GOIAS		10.973.855,88	960.420,84	432.651,32	923.315,40	266.744,48	1.043.678,76	250.005,48	162.684,12	1.225.835,66	16.899.186,21	33.138.378,15
MARANHAO		627.135,05	39.267,32	3.711,00	20.209,00	13.153,50	191.917,00	2.323,00	124.782,15	90.691,59	3.118.271,29	4.231.460,90
MATO GROSSO		2.464.311,29	584.595,28	116.115,60	80.721,00	25.900,00	362.734,38	53.229,00	40.912,34	246.410,67	4.721.592,53	8.716.522,09
MINAS GERAIS		20.069.861,67	1.568.725,22	542.777,29	802.304,42	319.223,11	1.383.769,04	149.632,81	337.903,71	1.411.377,33	43.721.571,89	70.307.146,49
PARA		2.441.729,85	54.226,62	76.252,20	45.031,99	20.807,70	152.217,70	10.142,59	69.794,39	268.184,89	5.077.908,40	8.216.296,33
PARAIBA		2.687.196,22	97.048,55	1.850,00	112.321,90	8.500,00	154.725,18	-	130.448,64	108.600,57	6.474.384,29	9.779.075,35
PARANA		37.076.233,51	1.309.949,18	814.499,58	230.529,53	126.917,51	683.500,34	118.633,99	229.536,59	856.649,66	18.870.161,15	60.316.611,04
PERNAMBUCO		6.580.736,20	260.223,66	72.378,60	105.531,00	37.828,40	310.625,08	120.827,51	111.791,99	294.714,38	13.327.339,11	21.221.995,93
PIAUÍ		1.058.213,43	34.421,49	32.223,91	14.478,00	39.487,50	92.391,08	17.305,34	166.720,45	141.833,33	4.767.955,42	6.365.029,95
RIO DE JANEIRO (CIDADE)		1.444.743,38	1.743.378,47	248.726,04	1.648.714,34	33.047,65	730.037,77	1.063.298,72	1.130.228,42	1.586.402,80	60.854.484,09	79.483.061,68
RIO DE JANEIRO		15.108.968,11	2.916.866,25	58.081,59	87.673,80	57.534,64	920.339,24	110.421,44	-	477.830,42	19.403.529,98	39.141.845,47
RIO DE JANEIRO		3.294.277,31	164.761,85	29.302,22	41.656,70	19.143,90	140.606,20	25.280,40	112.433,16	98.588,90	4.688.248,94	8.614.293,98
RIO GRANDE DO NORTE		12.516.299,87	858.164,61	198.227,29	425.323,01	50.469,46	785.747,13	194.551,12	157.618,90	444.544,04	18.432.330,60	34.063.276,03
RIO GRANDE DO SUL		521.853,00	43.023,40	-	51.900,00	8.000,00	209.500,00	7.912,95	40.065,08	15.202,00	1.007.352,00	1.904.808,43
RONDONIA		866.265,60	80.924,00	1.750,00	-	2.000,00	34.500,00	-	86.595,66	36.061,75	1.139.075,70	2.247.572,71
ROIMA		7.235.521,03	138.493,72	68.023,50	207.615,00	77.817,55	395.793,48	126.975,23	106.809,68	223.380,00	11.123.264,10	19.703.692,89
SANTA CATARINA		37.814.691,44	7.147.817,63	1.142.047,39	23.464.935,72	219.876,06	2.475.940,11	997.202,43	262.292,60	3.756.024,08	126.007.330,83	202.948.565,53
SÃO PAULO		1.559.917,12	266.515,75	5.877,50	87.592,00	18.032,17	236.044,20	50,00	110.630,67	105.479,22	2.388.055,20	4.718.613,83
SERGIPE		199.874.321,88	26.547.287,76	4.353.733,33	33.839.424,09	1.688.467,79	15.647.517,49	3.563.158,90	3.118.859,57	31.451.079,53	432.884.022,28	759.472.672,65
TOTAL		1.667.089,00	25.046,92	65.244,53	37.421,99	19.381,75	140.187,00	22.973,27	-	10.935,37	7.743.335,20	9.731.565,03
TRANSAMAZONICA		115.032,62	40.000,00	-	-	6.400,00	50.000,00	-	69.878,90	30.000,00	100.000,00	404.831,52
ESC. FIRMINA SANTANA		167.262,09	46.630,00	-	-	-	50.000,00	-	74.088,90	25.360,00	100.000,00	469.680,99
ESC. AGNES JUNE LEIGHT		2.588.504,91	604.573,76	-	-	-	47.000,00	-	100.989,32	1.622.735,62	44.000,00	5.017.803,61
SEDE		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RESERVA TÉCNICA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL		204.422.210,50	27.263.538,47	4.918.977,86	33.876.846,06	1.714.249,54	15.534.504,49	3.591.132,17	3.363.766,69	32.140.000,52	448.325.508,69	776.550.735,01

FONTE: CNAE - MEC

QUADRO Nº 24
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - PNE
APLICAÇÃO DE RECURSOS SEGUNDO A NA
TUREZA DAS DESPESAS E POR UNIDADES
FEDERATIVAS
-1976-

UNIDADES FEDERATIVAS	PESSOAL	MATERIAL	CANTINA	ARMAZENA- MENTO	CURSOS	TRANSPORTES	VEÍCULOS		SERVIÇOS DIVERSOS	ALIMENTOS	TOTAL
							ACQUIÇÃO	MANUTENÇÃO			
Acre	1.478.196,42	294.439,70	10.945,00	81.520,00	40.224,00	92.581,07	-	61.061,74	430.571,49	2.660.948,07	5.420.131,49
Alagoas	1.554.440,06	380.690,03	-	8.764,00	81.840,00	122.899,90	-	52.873,26	325.540,40	4.936.474,17	7.434.530,93
Amapá	348.213,02	176.671,50	2.240,60	36.300,00	6.500,00	94.742,12	108.277,26	36.021,90	165.321,58	2.462.098,71	3.435.804,38
América	1.852.436,86	201.030,48	-	5.900,00	11.825,00	140.990,78	265.162,56	22.517,51	268.185,15	6.488.353,18	8.756.270,52
Projeto 339	7.887.427,06	2.779.188,20	938.650,36	3.874.652,11	152.263,28	3.672.468,26	261.200,22	314.765,28	16.756.432,40	43.168.829,33	78.795.124,64
Bahia	2.290.033,70	13.104,50	-	42.525,00	1.265,00	9.697,07	-	-	2.228.109,86	19.090.054,07	24.564.786,00
Projeto 641	6.099.642,91	1.873.602,10	128.112,00	695.987,00	126.256,00	1.074.355,04	216.678,43	103.516,40	1.057.657,39	28.136.317,50	39.412.335,74
Ceará	3.046.098,11	4.408.585,81	-	90.000,00	20.586,96	194.747,08	169.135,13	126.734,10	1.088.448,71	15.648.270,04	24.689.419,94
Distrito Federal	11.704.102,69	1.491.598,80	81.675,12	3.373.307,24	91.313,11	675.874,74	47.470,10	153.735,37	856.143,67	22.295.187,39	40.956.468,23
Espírito Santo	15.875.906,25	1.819.971,57	547.650,66	1.464.406,29	828.774,20	2.040.354,04	73.444,00	346.274,64	2.082.178,36	31.965.821,35	56.845.379,48
Goiás	554.830,43	187.616,61	52.792,00	20.072,78	6.450,00	144.242,67	184.747,00	40.014,27	205.610,36	5.818.127,30	7.596.408,43
Maranhão	3.032.859,03	447.238,50	454,80	127.941,00	58.456,00	398.260,73	157.603,00	110.464,90	135.535,75	11.293.691,55	16.752.388,20
Mato Grosso	40.807.405,79	3.755.034,99	784.827,41	1.802.391,44	303.035,75	2.679.954,48	373.482,92	290.303,98	2.274.421,56	86.878.673,93	140.079.072,25
Mines Gerais	3.898.396,90	475.728,55	112.746,90	45.618,00	89.039,00	596.746,58	446.378,25	49.347,82	334.912,47	15.589.816,34	21.629.703,78
Pará	5.221.318,90	446.495,44	2.500,00	232.490,00	65.470,00	427.360,32	49.590,10	1.665,00	241.542,26	16.535.573,61	22.228.036,53
Paraná	22.123.945,52	2.078.023,89	1.007.487,99	563.565,97	269.533,14	2.775.398,02	320.713,20	190.066,60	1.438.172,65	38.595.344,15	69.385.657,43
Pernambuco	16.738.685,28	733.536,67	794.802,92	134.415,00	149.204,65	854.287,19	200.316,00	276.101,22	628.036,28	24.707.188,60	46.146.504,11
Piauí	2.609.776,44	271.514,53	5.507,44	91.255,14	60.149,60	262.709,23	183.700,82	102.934,71	187.819,98	7.116.034,02	11.091.402,41
Rio de Janeiro	56.820.071,73	4.481.624,98	2.492.080,05	1.523.857,20	113.855,50	1.582.446,07	187.592,00	438.065,63	3.814.017,06	237.145.310,78	308.998.921,01
Rio Grande do Norte	3.874.009,95	305.135,05	6.157,00	84.043,17	98.242,40	437.956,22	183.362,12	65.850,97	467.799,19	13.750.904,42	19.272.490,29
Rio Grande do Sul	27.078.941,84	1.731.901,61	631.642,35	748.476,37	151.770,19	1.303.524,43	121.079,00	148.172,28	822.793,62	36.343.169,64	60.149.490,23
Roraima	566.458,50	185.361,50	12.750,00	66.500,00	65.997,00	98.902,30	-	56.779,58	135.533,00	2.767.736,47	3.936.966,27
Rio Grande	656.845,16	176.110,45	-	530.971,40	2.468,00	127.094,42	43.406,00	49.144,35	216.918,30	2.749.482,85	4.021.290,13
São Catarina	10.591.340,53	1.215.518,33	165.056,80	2.607.893,45	236.378,76	1.337.330,15	218.800,84	145.679,58	413.227,59	32.356.081,48	47.611.403,59
São Paulo	47.923.243,55	8.502.076,31	2.040.002,55	2.607.893,45	227.627,94	4.000.060,81	-	1.090.891,26	8.610.626,32	158.611.981,40	230.794.328,63
Sergipe	2.262.059,04	300.473,63	13.109,40	142.765,03	82.716,85	626.360,37	228.658,32	21.244,84	1.251.724,24	8.109.218,80	13.043.277,63
Transmãncia	3.228.456,76	133.681,78	16.691,30	224.126,00	32.291,00	137.817,13	-	67.070,68	48.212,53	174.042,30	4.002.091,48
Escola Agnes Juno - CE	194.476,68	178.048,48	-	-	-	-	-	18.416,90	135.516,72	53.200,40	578.271,16
Escola Firmina Sertene - MC	131.003,00	402.688,48	-	-	-	-	-	60.000,00	60.000,00	61.065,38	660.756,90
- Superintendência's	4.829.238,88	1.161.018,90	-	-	-	-	-	94.778,74	3.836.246,06	-	10.021.282,57
BRASIL	306.970.432,87	40.692.134,98	9.818.767,74	15.005.781,53	3.282.940,80	26.063.428,00	4.010.667,28	4.482.799,63	48.738.327,66	878.800.851,22	1.335.736.121,87

QUADRO Nº 25
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
APLICAÇÃO DOS RECURSOS SEGUNDO A ORI
GEM E NATUREZA DAS DESPESAS
1976

CLASSIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO	INTERNACIONAL CR\$	CNAE CR\$	OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS CR\$	ESTADUAL CR\$	MUNICIPAL CR\$	COMUNITÁRIA CR\$	TOTAL CR\$	%
ALIMENTOS	45.051.015	401.184.670	11.009.875	160.565.213	165.742.264	92.247.814	875.800.351	65,00
ARMAZENAMENTO	-	718.654	1.188.979	5.484.762	7.946.307	3.667.079	19.005.781	1,37
CANTINAS E HORTAS	-	-	78.521	3.137.371	4.079.280	2.523.586	9.818.758	0,74
CURSOS	-	1.385.353	438.130	241.742	825.451	472.265	3.362.941	0,25
MATERIAL	-	13.315.060	1.011.994	3.211.717	12.326.085	10.727.278	40.592.134	3,00
PESSOAL	-	15.360.098	13.306.945	111.855.823	143.599.569	21.747.998	305.870.433	23,00
SERV. DIVERSOS	-	9.383.689	1.246.475	8.690.158	13.887.813	13.530.193	46.738.328	4,00
(1) TRANSPORTES	-	9.951.189	2.125.737	1.071.406	9.757.898	3.147.199	26.053.429	2,00
(2) VEÍCULOS	-	5.057.241	220.207	836.151	1.414.476	965.391	8.493.466	0,64
TOTAL	45.051.015	456.355.954	30.626.863	295.094.343	359.579.143	149.028.803	1.335.736.121	

FONTE: CNAE - MEC
OBSERVAÇÃO: 1. GÊNEROS E MATERIAIS
2. AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO

QUADRO Nº 26
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E
AQUISIÇÕES DE GÊNEROS POR ENTIDADES PARTICIPANTES
1977

ENTIDADES PARTICIPANTES	QUANTIDADE		%	VALOR
	%	KE		
CNAE	27,84	37.713.907	41,77	615.093.323,65
OUTROS ÓRGÃOS FEDERAIS	0,73	980.831	0,52	7.678.950,39
ESTADOS E TERRITÓRIOS	20,72	28.058.286	24,67	363.279.244,25
MUNICÍPIOS	25,73	34.851.809	16,49	242.776.489,00
COMUNIDADES	23,21	31.422.842	14,94	220.046.076,75
ONU/PMA	1,77	2.399.396	1,61	23.743.860,70
T O T A I S	100,00	135.427.071	100,00	1.472.617.944,74

FONTE: CNAE - MEC

QUADRO Nº 27
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
RECURSOS FINANCEIROS COMPARADOS
1975/1976/1977

Relação dos projetos prioritários, não prioritários e atividades de administração do órgão (CNAE)	1975		1976		1977			
	FONTES DE RECURSO	PREVISTO	REALIZADO	FONTES DE RECURSO	PREVISTO	REALIZADO	FONTES DE RECURSO	PREVISTO
0842.427.2.086 Alimentação Escolar	Orçamento Salário-Educação Loteria Federal PIN	3.507.700 170.257.900 1.000.000 10.100.000	3.340.389 169.362.518 8.655.457	Salário-Educação Loteria Federal PIN FAE	20.851.700 900.000 1.414.300 250.000.000	194.028.147 440.000 1.032.193 250.000.000	Salário-Educação Loteria Federal FAS Est./Munic. ONU/PMA	1.461.400 16.740.000 700.000.000 39.000.000
	Estados/Munic. ONU/PMA	300.000.000 26.250.000	521.078.207 27.438.634	Fundo Especial	35.000.000 561.449	45.051.015 262.058		
0847.214.2.211 Manutenção das Escolas Regionais de Nutrição	Salário-Educação	511.115.600	729.875.215	Salário-Educação	829.029.649	1.325.202.568		
0847.217.1.352 Capacitação de Recursos Humanos		160.000	137.150		180.000	165.200		
0847.427.1.602 Construção e Instalação de Armazéns e Depósitos	Salário-Educação	840.000	494.662	Salário-Educação	2.270.000	1.385.353		
0842.427.4.420 Alimentação Escolar		840.000	494.662		2.270.000	1.385.353		
0842.188.1.457 Administração	Salário-Educação	10.350.000	9.203.605	Salário-Educação	1.000.000	1.000.000	Salário-Educação Loteria Federal	
0842.021.4.418 Administração		10.350.000	9.203.605		1.000.000	1.000.000	Est./Munic. ONU/PMA	
0807.021.2.122 Pagamento de Pessoal	Orçamento	3.141.000	3.111.370	Orçamento União	7.983.000	7.983.000	Salário-Educação Rec. próprios	
0807.021.364 Pagamento de Pessoal		3.141.000	3.111.370		7.983.000	7.983.000	Org. União	
TOTAL		525.609.600	742.822.002		840.462.649	1.335.726.121		

FONTE: CNAE - MEC

OBS: 1) No Projeto nº 4.420 - Alimentação Escolar - estão englobados, em 1977, como metas os projetos de capacitação de Recursos Humanos, Manutenção das Escolas de Nutrição e Construção de Depósitos.
 2) As despesas com administração, em 1976, não constituíram um projeto à parte, estando englobados no Projeto nº 2.086 - Alimentação Escolar.

QUADRO Nº 28
PROGRAMA DE NUTRIÇÃO ESCOLAR - P.N.E.
APLICAÇÃO DE RECURSOS POR FONTE
1977

FONTES	APROVADO		EMPENHADO	
	1976	1977	1976	1977
FAE.	250.000.000	-	250.000.000	-
SALÁRIO EDUCAÇÃO	208.301.700	345.000.000	196.578.699	334.286.471
LOTERIA FEDERAL	900.000	1.000.000	440.000	1.000.000
F.A.S	-	330.000.000	-	330.000.000
SALDO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	-	11.723.000	-	11.721.057
SALDO REC. DIRET. ARRECADADOS	-	352.300	-	352.300
SALDO DE DIVERSAS	-	460.000	-	460.000
RECURSOS PRÓPRIOS	961.449	-	262.058	78.853
TESOURO	7.983.000	-	7.983.000	14.917.723
CONVÊNIO C/ÓRGÃOS NACIONAIS	335.872.000	-	834.329.152	1.541.050.935
CONVÊNIO C/ÓRGÃOS INTERNACIONAIS	35.000.000	-	45.051.015	23.743.861
PIN	1.444.500	-	1.092.197	-
TOTAL	840.462.649	688.535.300	1.335.736.121	2.257.621.203

FONTE: CNAE - MEC

3.1.3. Programa de Complementação Alimentar - PCA

Cabe ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) a execução do atendimento a gestantes, nutrizes e crianças até 4 anos nas áreas metropolitanas.

A implementação prioritária de programas de apoio ao pequeno produtor rural no Nordeste, levou o INAN a manter entendimentos com a Secretaria de Assistência Social (SAS) do MPAS, no sentido de que a execução do Programa nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, ficasse sob a responsabilidade do INAN. O esquema de operação do Programa é o mesmo utilizado pelo PNS, porém, ao lado de alimentos tradicionais e básicos, este programa faz a utilização de uma "mistura" industrial que, no entanto, apresenta um custo mais alto e uma consistência calórica menor que o cardápio do PNS (Ver gráfico 6).

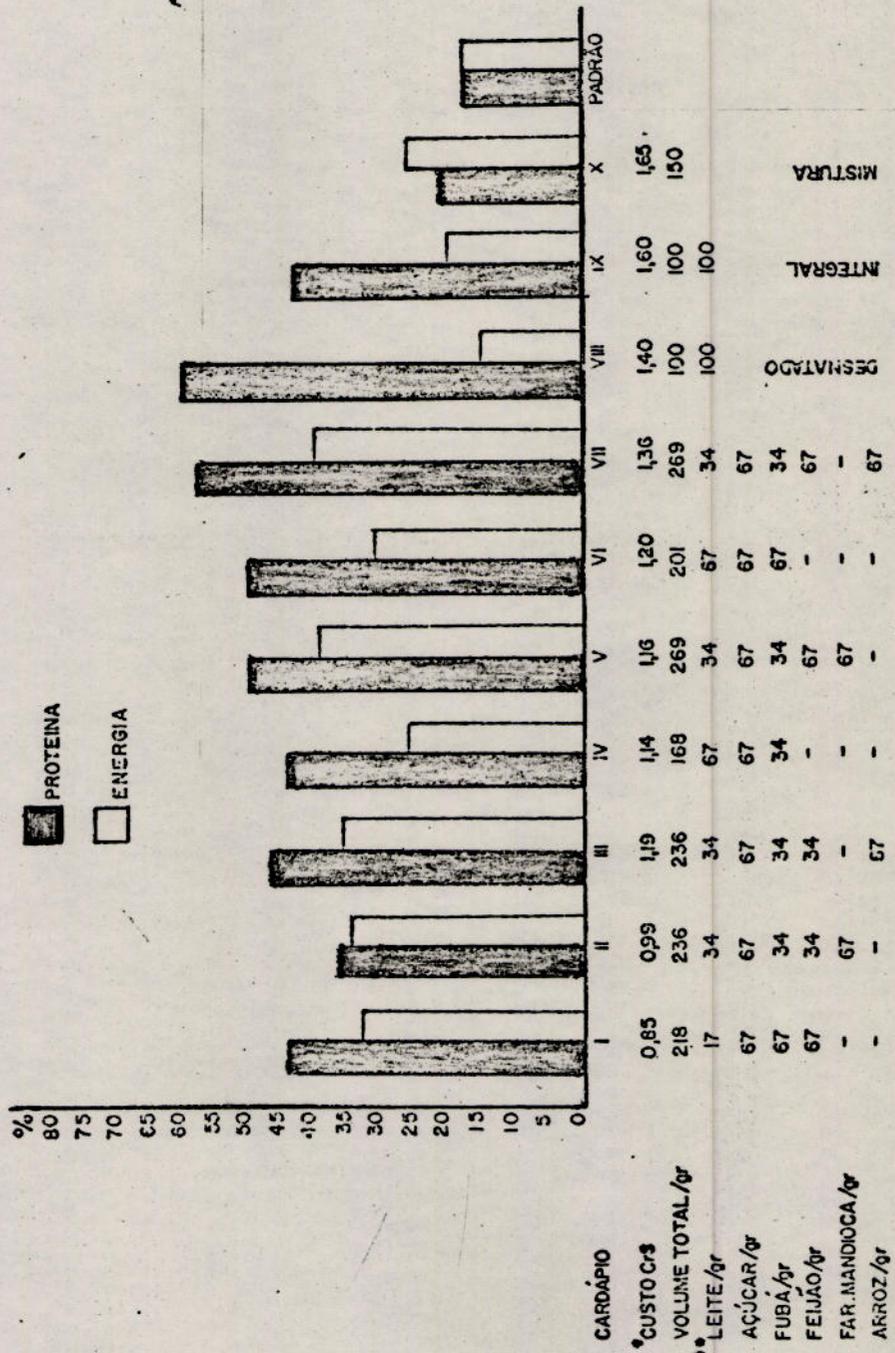
O programa teve início no final de 1977 no Rio de Janeiro (Baixada Fluminense) com o atendimento de 105.000 beneficiários. Este ano, ele foi implantado em Belo Horizonte e no Distrito Federal atendendo, respectivamente, a mais 130 e 41 mil beneficiários.

GRÁFICO 6

PROGRAMA DE COMPLEMENTAÇÃO ALIMENTAR - PCA

CARDÁPIOS PARA GESTANTES SEGUNDO CUSTOS, VOLUME, COMPOSIÇÃO DE ALIMENTOS E ADEQUAÇÃO PROTEICO-ENERGÉTICA EM COMPARAÇÃO AO PADRÃO DE REFERÊNCIA

DISTRIBUIÇÃO REAL



* A PREÇOS DE MERCADO DE DEZEMBRO 1975

** EM PÓ DESNATADO

3.1.)

4 - PROGRAMA DE ESTÍMULO À ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOS - PAT

O Ministério do Trabalho (MT) é o responsável pela ação neste campo, coordenando as medidas de utilização dos incentivos fiscais do Imposto Sobre a Renda de Pessoas Jurídicas, descritos na Lei nº 6.321 de 14.04.76, e o apoio a instituições patronais (SESC e SESI) e de trabalhadores, para a instalação de restaurantes e fornecimento de refeições em áreas de concentração de força de trabalho, objetivando principalmente os trabalhadores mais carentes (até 5 salários mínimos).

Em 1977, o Programa atendeu a 758.000 trabalhadores de 1.193 empresas através de 1.287 projetos aprovados. No rateio dos custos do PAT, cabe ao Governo e às empresas, em geral, 40% para cada um, correspondendo, o restante, à contribuição dos trabalhadores. O aporte do Governo se faz indiretamente através de deduções no Imposto de Renda devido pelas empresas. Em 1977, o custo total para o Governo e as empresas alcançou Cr\$ 3,1 bilhões.

A meta para 1978 é de 1.000.000 de trabalhadores, o que comparados com o total da força de trabalho que percebe até 5 salários mínimos, 14.500.000 trabalhadores, equivale a 7% da sua população-alvo (1).

Uma visão menos agregada permite, no entanto, algumas observações qualitativas importantes. Das 1.193 empresas participantes, 612 (51%) concentram-se em São Paulo e 931 (78%) nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Observando-se a partir da ótica do número de empregados de cada estabelecimento, comprova-se que 83,5% possuem mais de 100 empregados e que 45% possuem mais de 400 funcionários. Assim, dos 758.000 empregados beneficiados, 445.000 encontram-se em São Paulo (59%). Se a este número agregarmos os trabalhadores beneficiados no estado do Rio de Janeiro alcançaremos o número de 596.155 ou 79% dos beneficiados.

(1) FIBGE. - Programa Nacional de Amostra Domiciliar-PNAD(1972)

Pode-se concluir que este programa está assistindo aos empregados das empresas maiores, localizadas nos estados mais ricos, que provavelmente já proporcionavam alguma forma de assistência antes do início do programa e foram atraídas para este na medida em que o Governo se propunha a repartir com elas, o custo da manutenção dos seus restaurantes, na maioria dos casos, já existentes.

Os empregados das pequenas empresas, principalmente a dos estados mais carentes e, portanto, os mais necessitados, encontram-se fora deste programa, sendo necessário outros mecanismos, que a dedução do imposto de renda, para incentivá-las a participar.

QUADRO Nº 29

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR Nº DE EMPREGADOS

1977

ESTADO	Nº DE EMPRESAS	MENOS DE 50		50 — 100		100 — 400		400 — 1.000		1.000 ou mais	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
BRASIL	1193	96	8,1	100	8,4	463	38,8	295	24,7	239	20,0
AL	1	-x-	-x-	-x-	-x-	1	100,0	-x-	-x-	-x-	-x-
BA	21	1	4,8	1	4,8	12	57,1	5	23,8	2	9,5
CE	13	-x-	-x-	2	15,4	7	53,8	3	23,1	1	7,7
DF	18	-x-	-x-	2	11,1	10	55,6	2	11,1	4	22,2
ES	12	-x-	-x-	-x-	-x-	8	66,7	3	25,0	1	8,3
GO	11	3	27,3	1	9,1	5	45,4	2	18,2	-x-	-x-
MG	58	5	8,6	12	20,7	16	27,6	14	24,1	11	19,0
MT	1	-x-	-x-	-x-	-x-	1	100,0	-x-	-x-	-x-	-x-
PA	1	-x-	-x-	-x-	-x-	1	100,0	-x-	-x-	-x-	-x-
PB	5	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	5	100,0	-x-	-x-
PE	18	-x-	-x-	1	5,6	7	38,9	6	33,3	4	22,2
PR	78	2	2,6	10	12,8	44	56,4	20	25,6	2	2,6
RJ	156	12	7,7	10	6,4	41	26,3	42	26,9	48	30,8
RS	163	13	8,0	18	11,0	79	48,5	35	21,5	18	11,0
SC	25	1	4,0	-x-	-x-	11	44,0	5	20,0	8	32,0
SP	612	59	9,6	43	7,0	217	35,5	153	25,0	140	22,9

FONTE: Ministério do Trabalho

QUADRO Nº 30

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR

PROGRAMAS DE 1974

(1) ESTADO	(2)* PROGRAMAS		(3) Nº DE EMPREGADOS	(4) TRABALHADORES BENEFICIÁRIOS		(5) ÍNDICE DE PART. (4):(3)	(6) REFEIÇÕES				(7) CUSTO MÉDIO POR REFEIÇÕES		(8) PREÇO MÉDIO PAGO P/TRAB. POR REF.		CUSTEIO DO PROGRAMA (EMPRESA + GOVERNO)	
	Nº	§		Nº	§		MAIORES	MEIORES	MAIORES	MEIORES	MAIORES	MEIORES	CIS	§		
UR:5IL	1287	100,0	1.167.861	767.911	100,0	65,8	174.948.825	100,0	71.022.103	100,0	18,23	5,63	3,65	1,13	3.119.907.065,76	100,0
AL	1	0,1	180	180	0,0	100,0	96.000	0,1	-	-	21,50	-	4,30	-	1.680.000,00	0,1
BA	24	1,9	11.000	8.181	1,1	74,4	2.232.734	1,3	19.308	0,0	19,18	7,55	3,64	1,51	38.258.266,32	1,3
CE	15	1,2	6.951	6.375	0,8	91,7	1.779.108	1,0	494.880	0,7	9,86	2,84	1,97	0,57	13.260.701,60	0,5
DF	19	1,5	9.355	5.108	0,7	54,7	1.299.235	0,7	107.110	0,2	16,59	4,75	3,51	0,97	19.211.323,80	0,6
ES	14	1,1	6.128	4.759	0,6	77,7	1.303.480	0,7	342.600	0,5	13,90	2,92	2,78	0,58	16.694.779,20	0,6
GO	11	0,8	2.407	1.797	0,2	74,7	257.780	0,2	238.712	0,3	13,65	4,95	2,73	0,99	5.090.872,60	0,2
MG	70	5,4	32.669	32.669	4,3	41,2	8.848.526	5,1	4.479.601	6,3	16,03	3,21	4,04	0,81	167.224.214,19	5,3
MT	1	0,1	197	197	0,0	100,0	67.704	0,0	43.992	0,1	14,75	8,76	2,95	1,75	1.107.291,12	0,0
PA	2	0,2	225	192	0,0	85,3	65.280	0,0	-	-	8,50	-	1,70	-	443.904,00	0,0
PB	5	0,4	2.848	2.682	0,4	94,2	623.248	0,4	120.000	0,2	16,36	1,92	3,27	0,38	8.970.722,00	0,3
PE	20	1,5	16.668	12.451	1,6	74,6	3.483.718	2,0	526.070	0,7	17,25	3,12	3,45	0,62	45.300.585,76	1,5
PR	78	6,1	26.072	18.488	2,4	70,9	5.793.448	3,3	1.607.450	2,3	14,98	4,92	3,00	0,98	74.494.177,16	2,6
RJ	170	13,2	247.991	156.299	20,4	63,0	41.932.123	24,0	23.963.145	33,7	18,17	5,42	3,63	1,08	873.409.155,28	27,7
RS	183	14,2	84.108	49.143	6,4	58,4	11.402.836	6,5	3.952.241	5,6	17,63	6,95	3,53	1,39	189.718.016,29	6,4
SC	30	2,3	30.344	19.382	2,5	63,9	2.641.914	1,5	2.866.323	4,0	14,85	5,67	2,97	1,13	40.311.621,84	1,2
SP	644	50,0	644.109	449.508	58,6	69,9	93.121.691	53,2	32.260.691	45,4	19,60	6,03	3,92	1,21	1.624.731.434,60	51,7

FONTE: Ministério do Trabalho

* Distribuição segundo o porte das empresas por nº de empregados:

a) Menos de 50 - 8,1%

c) De 100 a 400 - 38,8%

d) De 400 a 1.000 - 24,7%

e) Mais de 1.000 - 20,0%

b) De 50 a 100 - 8,4%

(a + b = 16,5%)

(Menos de 1.000 - 80,0%)

3.2. Programas de Produção de Alimentos

3.2.1. Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda do Nordeste

- PROJETO NORDESTE

O objetivo geral do projeto é a melhoria do estado nutricional e a elevação da renda das famílias de pequenos produtores (área de 0 a 50 ha e renda líquida potencial igual a dois salários-mínimos regionais/ano) com tradição no cultivo do feijão, arroz, milho ou mandioca, através do aumento da área cultivada, melhoria da produtividade e dos padrões de consumo. Neste sentido se acionam instrumentos que vão desde a assistência e o crédito rural e a organização dos pequenos produtores, até a dinamização de atividades simplificadas de saúde, inclusive a suplementação alimentar dos grupos prioritários das áreas abrangidas pelos projetos, através do PNS.

A nível nacional a Empresa Brasileira de Extensão Rural - EMBRATER (MA), em coordenação e com financiamento do INAN, orienta a programação, coordena a ação institucional e supervisiona o desenvolvimento da execução, delegando essas atribuições a nível estadual, às entidades estaduais do Sistema Brasileiro de Extensão Rural, em cooperação com as Secretarias de Saúde.

A assistência aos produtores se faz por meio de equipes de extensão, um extensionista agrícola e um social, cada uma atendendo a 80 famílias. O trabalho se desenvolve através da orientação quanto a plantio, tratamentos culturais, colheita, comercialização, conservação da produção, tecnologia agrícola, doutrinação associativista, etc; ao lado da assistência sanitária e da suplementação alimentar, quando se fazem necessárias. Esta metodologia está sendo alterada, buscando-se aumentar a capacidade de atendimento das equipes que passariam a atender a 300 famílias cada uma.

A comercialização dos excedentes agrícolas é feita através do sistema COBAL, sendo dirigida primariamente para o atendimento dos programas de suplementação alimentar do INAN e, no caso de excesso de oferta, dirigidos para a formação de estoques da Comissão de Financiamento da Produção-CFP.

O crédito é fornecido através do Banco do Brasil, dentro de uma linha especial chamada "Crédito-PRONAN". A característica básica desta linha de crédito é a não exigência de garantia real. O montante de crédito fornecido foi de Cr\$ 15 milhões, correspondendo a apenas 17% do total previsto para 1977.

Apesar do projeto ter-se iniciado em 1976, as atividades de assistência técnica rural só foram iniciadas no ano seguinte pelo fato de dependerem do início do ano agrícola.

O projeto foi desenvolvido em 46 municípios, distribuídos entre os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia. Sergipe não está incluído neste programa pois neste estado se desenvolve um programa experimental à parte. Este ano, este número eleva-se a 152 municípios atendidos.

A meta inicial de atendimento era de 8.580 produtores em 1979, no entanto, já no ano agrícola de 1976/77 foram atendidos 7.390, ou seja, 86% da meta inicial. Isto levou a uma reformulação, já se objetivando para 1979, o beneficiamento de 11.000 famílias de pequenos produtores, estimando-se elevar este número para 33.000, em pouco tempo.

QUADRO Nº 31

PERFORMANCE DO PROJETO NORDESTE EM 1977 FRENTE ÀS METAS PREVISTAS PARA 1979

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	METAS FÍSICAS			
	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTAS (1) ATÉ 1979	ALCANÇADAS EM 1977 (2)	(2)/(1) EM PERCENTAGEM
Produtores Assistidos	Produtor	8.580	7.390	86
Área Cultivada	ha	102.345	59.016	58
Produção Obtida	ton.	118.283	32.856	28
Associativismo	Produtor	-	993	-
Valor da Produção Comercializada	Cr\$ Mil	-	24.657,7	-
Assistência em Mini postos	Pessoas	26.420	77.911	295
Volume de Alimentos Distribuídos	ton.	-	1.093,1	-

FONTE: INAN - Relatório Anual - 1977

Obteve-se uma área cultivada de 59.016 ha proporcionando aproximadamente uma produção de 33.000 toneladas de alimentos. Para 1978 espera-se decuplicar este número alcançando-se um valor de produção de Cr\$ 709 milhões. A composição da produção é a seguinte:

QUADRO Nº 32

VOLUME DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM 1977 e 1978
NA ÁREA DO PROJETO NORDESTE

PRODUTOS	PRODUÇÃO (toneladas)	
	1977	1978 (2)
Milho	12.500	68.585
Feijão	12.523	67.268
Arroz	4.073	21.490
Mandioca	-	212.658
Outros (1)	3.610	-
TOTAL	33.000	370.001

FONTE: INAN-MS

(1) Não especificados

(2) Previsto

No que diz respeito à parte de nutrição e saúde, foram construídas 160 Unidades de Saúde (a meta prevista) que proporcionaram atendimento a 77.911 pessoas, três vezes mais do que o esperado, além de terem sido distribuídas 1.093,1 toneladas de alimentos através do P.N.S.

O Projeto ainda é muito recente para se tentar uma avaliação mais profunda. Dentro da sua perspectiva experimental, no entanto, parece ter sido grande a sua aceitação por parte dos produtores, o que é evidenciado pelas metas de bene

ficiários e de produção agrícola para 1978.

O único ponto que apresentou um mal desempenho, corresponde ao crédito agrícola. Isto, no entanto, pode ser explicado pela falta de tradição de crédito agrícola junto a pequenos produtores.

3.2.2. Projeto Experimental de Produção de Alimentos e Melhoria do Estado Nutricional em Áreas de Baixa Renda em Sergipe

- PROJETO SERGIPE

Este projeto objetiva investigar a eficácia de diferentes processos de intervenção rural no campo da tecnologia agropecuária, comercialização, educação, nutrição e saúde.

O projeto teve início em 1977 em 12 municípios do Estado de Sergipe, atingindo ao final do ano passado a 3.575 produtores, prevendo-se uma elevação deste número para 6.538 em 1978. Estes são organizados em grupos, plantando feijão, milho, mandioca, algodão e batatinha em regime de consórcio, ao mesmo tempo em que lhes é fornecido algum treinamento técnico.

QUADRO Nº 33

PRODUÇÃO TOTAL E VALOR DA PRODUÇÃO NA ÁREA DO PROJETO SERGIPE - 1977/1978

Em Cr\$ correntes

PRODUTOS	1977		1978 (Previsão)	
	Produção (ton.)	Valor da Produção (Cr\$ 1,00)	Produção (ton.)	Valor da Produção (Cr\$ 1,00)
Feijão	2.410	16.870.000	8.685	60.795.000
Milho	7.394	10.351.600	18.082	25.314.800
Mandioca	2.064	681.120	8.412	3.785.400
Batatinha	870	1.305.000	942	1.884.000

FONTE: INAN-MS

O crescimento da produção prevista para 1978 é um bom índice de aceitação do projeto. As metas de produção para 1977 foram alcançadas, com exceção do feijão, que ficou 33% abaixo do esperado.

Um dos principais instrumentos do projeto é o crédito rural, já que o produtor de baixa renda tem dificuldade no seu acesso. São utilizados dois tipos de créditos:

- Compra Antecipada da Produção (CAP), é dirigido para o custeio dos pequenos produtores, arrendatários e parceiros. Foram investidos Cr\$ 6,5 milhões em 1977 e serão aplicados Cr\$ 12 milhões neste ano, com fundos provenientes do INAN.
- Linha de Crédito Rural do Banco do Brasil, incluindo o Crédito PRONAN, que é o crédito normal sem as exigências de garantia real. Em 1977, o seu montante alcançou Cr\$ 14,8 milhões e a previsão para 1978 é de Cr\$ 33,2 milhões, sendo 36% correspondente ao Crédito PRONAN.

3.3. Programas de Comercialização de Alimentos

3.3.1. Projeto de Comercialização de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa Renda

a) PROJETO PARAÍBA

Foi iniciado em junho de 1977, um projeto experimental de comercialização no Estado da Paraíba, mediante convênio celebrado com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba - CIDAGRO, a COBRAL e a Secretaria de Agricultura daquele Estado. Trata-se de um projeto que visa a implantação de mecanismos de compra direta da produção, que possibilitem criar, para o pequeno produtor de alimentos, ca-

nais de acesso ao mercado, particularmente ao mercado institucional constituído pela demanda de programas de suplementação alimentar e, desta forma, elevar a renda do pequeno produtor de alimentos básicos, através da melhoria das condições de comercialização.

O projeto abrangeu 18 municípios em três microrregiões do interior paraibano, regiões de alta densidade demográfica (85,7 habitantes por km²) e onde prevalece o minifúndio - corresponde a 88% dos 19.500 imóveis rurais.

Os produtos básicos da região são o milho, o feijão e a mandioca; sendo adquiridos pelo INAN diretamente ao produtor, a preço de mercado atacadista, mediante pagamento à vista. Para isso faz-se uso de seis "Polos de Compra" operados pela CIDAGRO sendo, posteriormente, remetidos à COBAL, para o abastecimento do PNS, a preços de compra, adicionados dos demais encargos de comercialização. Em termos de poder de compra, o projeto garante a demanda de 35% da produção de milho e feijão e 25% da produção de farinha de mandioca da área de compra.

QUADRO Nº 34

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS NA ÁREA DO PROJETO PARAÍBA

PRODUTOS	1977		1978 (1)	
	PRODUÇÃO (ton)	VALOR DA PRODUÇÃO CR\$ MIL	PRODUÇÃO (ton)	VALOR DA PRODUÇÃO CR\$ MIL
Feijão	380	2.686	4.750	33.250
Milho	400	555	7.500	10.500
Mandioca	1.483	3.046	10.000	24.090
TOTAL	2.263	6.287	22.250	67.840

FONTE: INAN-MS

(1) Previsto

Dentro de uma perspectiva experimentalista, o projeto apresentou relativo sucesso abrangendo 2.800 produtores e um volume de alimentos comercializados de quase 2.300 toneladas utilizando recursos de Cr\$ 9 bilhões para sua implementação.

As metas para 1978 demonstram a sua aceitação. Espera-se uma produção de 22.250 toneladas, elevando-se os "Polos de Compra" para 30 unidades.

Em termos qualitativos, o projeto teve grande sucesso junto aos produtores de baixa renda, ao mesmo tempo em que a entrada do CIDAGRO/INAN no mercado local garantiu melhores preços de comercialização, notadamente para o feijão. Existem perspectivas concretas de que os produtores regionais poderão, e tenderão, a aumentar a sua produção na medida em que o INAN lhes garanta uma demanda firme a preços justos. Além disso, os grandes intermediários, de outras regiões, diminuíram o volume de suas compras, resistindo em remunerar os produtores, aos níveis dos preços do INAN.

b) PROJETO COMERCIALIZAÇÃO

Os resultados positivos alcançados pelo Projeto Paraíba animaram a proposta para sua ampliação, ainda durante o primeiro semestre de 1978, dentro da mesma sistemática adotada, para outras áreas de baixa renda nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Nestas áreas são encontrados 375.840 estabelecimentos, sendo que 348.508 (92,74%) apresentam áreas com menos de 50 hectares. Segundo estimativas elaboradas pelas Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola-CEPA, tem-se que:

- Existem 223.848 produtores de feijão na área, com uma produção média de 697 kg por estabelecimento.

mento, ou seja, predominam estabelecimentos com áreas de cultivo inferiores a 2 ha.

- A mandioca é produzida em 128.470 estabelecimentos com uma produção média de 15.607 kg, correspondendo igualmente, a uma área média cultivada inferior a 2 ha.
- A situação do milho não se distancia deste quadro, com 211.715 produtores, produzindo 1.181 kg em média sobre uma área pouco superior a 2 ha.
- O arroz é produzido no CE, RN, AL e SE em 10.728 estabelecimentos, com uma produtividade média de 4.185 kg em áreas médias de cerca de 4 ha.

As metas do projeto são de adquirir 25% do excedente de arroz e feijão, 20% do de farinha de mandioca e 30% do excedente de milho. Estas metas se baseiam na experiência do Projeto Paraíba onde, apesar de oferecerem melhores condições ao produtor, três pontos dificultam grandes metas no 1º ano:

- 1º - O mercado reage, acompanhando os preços praticados pelo nono esquema de distribuição;
- 2º - A divulgação do esquema é deficiente;
- 3º - Devido aos acessos precários aos "Postos de Compra" muitos produtores preferem vender seus produtos diretamente aos intermediários que levantam a produção na fazenda.

Isto significa um volume de 137,7 mil toneladas de alimentos, movimentando recursos da ordem de Cr\$ 400 milhões em 1978.

QUADRO Nº 35PROJETO COMERCIALIZAÇÃO

VALOR E VOLUME DE ALIMENTOS A SEREM ADQUIRIDOS EM 1978

PRODUTOS	EXCEDEN- TES (t)	% A	QUANTIDADE A ADQUIRIR (t)	PREÇO UNITÁRIO (Cr\$/Kg)	VALOR DE AQUISIÇÃO AO PRODUTOR (Cr\$ 1.000)
Arroz	39.150	25	9.785	2,20	21.527
Feijão	110.900	25	27.725	7,00	194.075
Farinha de Mandioca	290.725	20	58.145	2,20	127.919
Milho	133.500	30	40.050	1,40	56.070
TOTAL	574.275	-	135.705	-	399.591

FONTE: INAN-MS

A produção adquirida terá como mercado garantido a demanda proveniente do P.N.S. - Área Nordeste. Os excedentes serão absorvidos primeiramente pela COBAL e a seguir pela Comissão de Financiamento da Produção - C.F.P., de forma que haja sempre uma demanda garantida, a preço de atacado, para qualquer quantidade oferecida pelos produtores.

QUADRO Nº 36PROJETO COMERCIALIZAÇÃO

DEMANDA DE ALIMENTOS DO PNS NA ÁREA DO NORDESTE - 1978

ESTADOS	ARROZ BRANCO (t)	FEIJÃO (t)	FARINHA DE MANDIOCA (t)	FUBÁ (t)
Maranhão	1 651,2	892,8	268,8	758,4
Piauí	2 476,8	1 339,2	403,2	1 137,6
Ceará	4 128,0	2 232,0	672,0	1 896,0
R. G. do Norte	1 651,2	892,8	268,8	758,4
Paraíba	2 476,8	1 339,2	403,2	1 137,6
Pernambuco	7 430,4	4 017,6	1 209,6	3 412,8
Alagoas	1 651,2	892,8	268,8	758,4
Sergipe	1 238,4	669,6	201,6	568,8
Bahia	8 257,0	4 464,0	1 344,0	3 792,0
TOTAL	30 960,0	16 740,0	5 040,0	14 220,0

FONTE: INAN-MS

A operacionalização do projeto se faz através de dois caminhos: um com as Companhias Integradas de Desenvolvimento Agropecuários -CIDAS, o INAN, a COBAL e a CFP e outro utilizando-se do BNCC em vez do INAN e das Cooperativas em lugar das CIDAS. O sistema utilizado é muito próximo ao do Projeto Paraíba.

Os produtos são comprados à vista, a preço de atacado baseado nos mercados regionais mais relevantes, tendo como patamar mínimo os preços de garantia fixado pelo Governo. A compra é realizada através dos Polos de Compra, localizados nos centros tradicionais de comercialização de cada área, ope

rados pelas CIDAS ou pelas Cooperativas participantes do projeto.

O processamento do produto é realizado, preferencialmente, na própria área de aquisição ou próximo aos centros agroindustriais de cada Estado, existindo prioridade para as Cooperativas que, para isso, recebem apoio do BNCC para instalação e/ou ampliação de unidades de processamento.

Os Polos de Compra devem remeter a produção para as "Centrais de Recepção e Destinação da Produção" mantidas pela COBAL em cada Estado e cuja função básica é a de organizar os fluxos dos produtos adquiridos.

Os recursos alocados para a operação do projeto alcançam o montante de Cr\$ 121 milhões sendo Cr\$ 77 milhões para um Fundo Rotativo destinado a financiar o início das operações de compra direta, Cr\$ 20 milhões de Apoio às Cooperativas, para financiar unidades de beneficiamento, Cr\$ 16 milhões de custos de administração e Cr\$ 8 milhões para as "Centrais de Recepção".

As fontes de recursos são: Cr\$ 40 milhões do INAN, Cr\$ 61 milhões do PROTERRA e Cr\$ 20 milhões do BNCC. Estes recursos do BNCC são dirigidos às Cooperativas a uma taxa de 4% a.a., com base nos saldos médios mensais dos recursos provenientes do Convênio INAN/COBAL/CIBRAZEM depositados no Banco.

Para garantir o fluxo de mercadorias do produtor, o INAN proporcionará uma reserva de mercado de Cr\$ 370 milhões (PNS-Nordeste), a C.F.P. alocará Cr\$ 151,6 milhões e a COBAL reservará Cr\$ 108 milhões, especialmente para os produtos não absorvidos pelo PNS.

O Banco do Brasil e o BNCC colocarão à disposição do Projeto, os recursos complementares necessários à sua exe-

cução, destacados pelo Conselho de Desenvolvimento Social no montante de até Cr\$ 500 milhões.

3.3.2. Projeto de Abastecimento de Alimentos em Áreas de Baixa Renda

Este projeto está sendo implantado este ano, paralelamente aos programas de comercialização em bairros da periferia de Recife e Fortaleza e nos municípios da área do Projeto Paraíba. Propõe-se a integrar um sistema de distribuição final aos projetos já em andamento, orientados para as áreas de produção e comercialização de alimentos.

A população a ser atendida é estimada em 200.000 pessoas, colocando-se a sua disposição mercadorias no valor de Cr\$ 215,5 milhões, ou seja, cerca de 21.500 toneladas de alimentos. A cesta de bens é composta de: arroz, açúcar, charque, farinha de mandioca, farinha de trigo, fubá, feijão, leite, macarrão, óleo comestível, peixe salgado, sal.

No seu esquema operacional, a COBAL atuará, a nível terminal da cadeia de comercialização, junto aos varejistas, estruturando um "Sistema de Vendas", que operará com preços pré-estabelecidos para o consumidor, e através da sua rede própria, em caráter supletivo aos "Sistemas de Vendas".

O Sistema de Vendas pretende oferecer aos varejistas mercadorias de boa qualidade e a preços que garantam um maior fluxo de consumidores às suas lojas, além da garantia de fornecimento de qualquer quantidade, por menor que seja, sempre com uma margem de comercialização compatível. Em contrapartida, os varejistas comprometer-se-ão a vender os produtos adquiridos neste sistema, a preços pré-estabelecidos pela COBAL, que incluem um subsídio de 15% sobre o valor final da mercadoria.

Ao nível da produção, pretende-se utilizar os programas de produção de alimentos como fornecedores, além da compra, a preços subsidiados, de produtos do estoque da CFP.

O custo do projeto para o presente ano é de Cr\$ 39 milhões, oriundos do PROTERRA, sob supervisão da SEPLAN. Deste montante Cr\$ 30 milhões correspondem ao subsídio e o restante a custeio de instalação de infra-estrutura e pesquisa junto ao público beneficiário.

3.3.3. Projeto Integrado de Nutrição e Saúde - PINS

Este projeto procura identificar a influência de uma política de subsídio alimentar na melhoria nutricional de grupos populacionais de baixa renda e compará-la com os resultados obtidos a partir da distribuição direta através do PNS.

Seu raio de ação abrange áreas periféricas de Recife e o município pernambucano de Ribeirão, atendendo a 10.000 famílias com renda até 2 salários-mínimos regionais distribuídos em modelos de subsídios de 60%, 45% e 30%.

QUADRO Nº 37

MODELOS DE ATUAÇÃO DO PINS

MODELOS	SUBSÍDIO	ASSISTÊNCIA SAÚDE	ALIMENTOS BÁSICOS
A	60%	Facultativa	leite em pó, arroz, feijão, fubã.
B	45%	Facultativa	
C	45%	Obrigatória	
D	30%	Facultativa	
E	Doação	Obrigatória	Arroz, feijão, leite em pó, fubã, açúcar, farinha de mandioca.
F	Doação	Obrigatória	

FONTE: INAN-MS

A distribuição se compõe de uma cesta de quatro alimentos considerados básicos na dieta regional, arroz, feijão, fubá e leite em pó. A venda é feita através dos supermercados da COBAL, em um montante mensal per capita de 2 kg de feijão, 2 kg de arroz, 0,5 kg de leite em pó e 0,5 kg de fubá de milho.

Em 1977 foram aplicados Cr\$ 1,3 milhões provenientes do INAN, sendo previsto para este ano Cr\$ 25 milhões.

